

# OFÍCIOS E PEQUENA INDÚSTRIA EM PENAFIEL: CALDEIREIROS

**Teresa Soeiro**

CITCEM - FLUP

teresasoeiro@sapo.pt

## ABSTRACT

Following the overview of the coppersmith craft in the country we now focus on Penafiel where, since the 1840s, it gained unprecedented visibility due to the setting up of a professional coppersmith, Manuel Cunha, in the city. We trace the “Coppersmiths Cunha” family path investigating how they settled in, the strategies adopted to ensure economic viability, and the transmission of know-how from generation to generation. Later, with the Penafiel region needs met, the newer generations set out to conquer new markets. In this expansion process they established coppersmith shops all over Entre-Douro-e-Minho. These were in great demand when the family, at the turn of the 20th century, added to their traditional activity the preparing and installation of complex alembics, and the making and repairing of sprayers for agricultural use that became indispensable since the blight emergence.

**Keywords:** coppersmith craft; know-how transmission from generation to generation; socio-economic dynamics; Penafiel, Entre-Douro-e-Minho.

## RESUMO

Após breve aproximação à arte de caldeireiro no país, focar-nos-emos em Penafiel, onde o ofício ganhou, a partir da década de 1840, uma visibilidade que não possuía antes, graças a ter-se estabelecido na cidade um profissional, Manuel da Cunha. Acompanharemos o percurso desta família, os “Cunha Caldeireiros”, perscrutando a forma como se enraizou e as estratégias seguidas para garantir a viabilidade económica do negócio e a transmissão familiar do saber fazer especializado. Num momento posterior, asseguradas que estavam as necessidades do aro penafidelense, as novas gerações partiram à conquista de outros mercados, processo de disseminação que os levou a abrir oficinas por todo o Entre-Douro-e-Minho, muito procuradas quando, na transição para o século XX, averbaram à sua actividade tradicional a preparação e instalação de complexos alambiques e o fabrico e conserto de pulverizadores, indispensáveis, em particular, desde o surgimento do míldio.

**Palavras chave:** ofício de caldeireiro; transmissão familiar do saber-fazer; dinâmicas socioeconómicas; Penafiel, Entre-Douro-e-Minho.

## APRESENTAÇÃO

Dando continuidade a anteriores trabalhos dedicados ao estudo dos ofícios e pequenas indústrias que marcaram a actividade económica no município de Penafiel desde a época Moderna, traremos agora à ribalta uma arte com grande visibilidade no centro da cidade, a de caldeireiro, que acabaria por se extinguir no início do presente milénio<sup>1</sup>. Mais uma vez, trata-se de investigação levada a cabo em colaboração com o Museu Municipal de Penafiel<sup>2</sup>, num derradeiro esforço de registo para evitar o apagamento não deliberado da memória e a perda de testemunhos materiais decorrentes da actividade se ter tornado obsoleta e a transmissão do saber profissional e dos meios técnicos de produção desinteressante para as novas gerações.

A partir da década de 1970, as oficinas, todas sediadas nas proximidades do largo da Ajuda, foram paulatinamente reduzindo a produção integral de peças novas, voltaram-se para os consertos e serviços aos clientes, em especial os relativos a pulverizadores, e especializaram-se na preparação e instalação de alambiques. Também actuaram como revendedores de mercadoria fornecida pela indústria, já acabada ou a carecer de ultimação local, o que se mostrava mais consentâneo com a situação dos proprietários-caldeireiros, alguns de idade avançada e sem colaboradores especializados, embora sempre renitentes em abandonar a sua arte e modo de vida, perpetuado por sucessivas gerações de uma mesma família.

Ainda que focado na história local, o estudo deste núcleo de caldeiraria penafidelense ganha maior significado se atendermos ao facto de, certamente por saturação do mercado próximo, terem daqui saído caldeireiros para todo o Entre-Douro-e-Minho, uma disseminação que os levou a estabelecerem-se desde a raia com a Galiza à margem Sul do Douro.

## ALGUMAS NOTAS ACERCA DO OFÍCIO DE CALDEIREIRO

Segundo a memória de João Brandão sobre a *Grandeza e abastança de Lisboa*, em 1552 a capital do reino tinha uma *rua da Caldeiraria* e em toda a cidade existiam «10 tendas em que se fazem caldeiras e tachos, e todo o género de cobre lavrado», nas quais se ocupavam cerca de 40 pessoas, enquanto outros 20 homens «andam pela cidade vendendo caldeiras de latão e bacias, castiçais e todo o género de latão» e em três tendas «fundem arame e almofarizes e outras coisas», utilizando cobre e latão, matéria-prima que se importa *por lavar e lavrado(a)* (BRANDÃO, 1990: 217, 194 e 63)<sup>3</sup>. A fim de melhor disciplinar o exercício destas actividades em Lisboa, salvaguardando também os compradores, elas foram abrangidas pela organização dos mesteres e consideradas no novo *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos*, de 1572 (CORREIA, 1926: 45-50), com capítulo acerca dos caldeireiros, ofício que na *Regulação* de 1539 pertencia à bandeira de S. Jorge (LANGHANS, 1943, 1: 188).

Para obter a sua carta de examinação, perante os juízes, o oficial de caldeireiro teria de «bem fazer hum escalfador de barbeiro, e hum atanor de sala [...] e hu alambique de cobre, e huma caldeira de aro, e hum cantaro para cangalhas» (CORREIA, 1926: 48). Constante seria a preocupação com o furto de peças, proibindo-se a sua receptação e conserto ou transformação por profissionais tendo em vista a reintrodução no mercado como novas. A marcação prévia pelos juízes salvaguardava os consertos legítimos e os varejos, bem como a obrigação de denúncia aos almotacés, contrariavam o mercado paralelo. Também os intermediários na venda de caldeiras e obras em latão eram obrigados a levá-las à marcação assim que levantadas na alfândega ou adquiridas junto dos fabricantes.

Ainda não decorrera uma centúria, já o regimento era posto em causa pelos mestres, não só

1 No número anterior desta revista foi publicado o trabalho sobre os latoeiros/funileiros (SOEIRO, 2021).

2 Agradeço, em especial, a colaboração de Ana Anileiro, no trabalho de campo, e de Manuel Ribeiro na fotografia. E também a mediação de Ana Mabilde Jerónimo e família, penafidelenses e *Amigas do Museu*.

3 No *Livro das grandezas de Lisboa*, de 1620, Nicolau de Oliveira escreve: 12 *caldeireiros de arame* e 5 *caldeireiros de caldeiras*, além de outros 8 *caldeireiros de ferro-velho* (OLIVEIRA, 1991: 568-569).

pela necessidade de actualizar algumas cláusulas<sup>4</sup> mas, sobretudo, por sentirem como afronta ao seu prestígio e credibilidade social da profissão a actividade desenvolvida por *estrangeiros*, entretanto chegados a Portugal<sup>5</sup>, que se intitulavam caldeireiros e actuavam, na avaliação dos instalados, sem escrúpulos em enganar o consumidor, causando-lhes um dano reputacional irremediável, motivo do pedido para passarem a designar-se *fundidores de cobre*:

«porque depois que a esta cidade e reino vierão os franceses que vendem ferro velho e latão que vivem a Nossa Senhora da Vitoria correndo esta cidade e partes do reino se intitularão com o titollo de caldeireiros ficando em prejuizo delles suplicantes porque onde são nomeados se imagina serem os ditos sendo que o officio dos supplicantes he tão afastado dos ditos que nem os supplicantes sahem das suas logeas nem a vender pella cidade suas obras nem tem parentesco algum por remoto que seja com os ditos franceses nem algum delles ditos franceses são examinados do officio dos supplicantes porque para serem he necessario de muitos mossos aprenderem por ser de muita sciencia por resão das obras que fahem serem de cobre que elles supplicantes fundem e depois lavrão a martello para o que lhe he necessario ser muito fino e por isso estão em posse de se nomearem por fundidores de cobre» (LANGHANS, 1946, v.2:105).

A correcção ao regimento, considerada justa pelos Juizes da Bandeira, foi aceite no Senado da Câmara (1650), recebendo (1673) confirmação régia (LANGHANS, 1946, 2: 103-107).

No Porto<sup>6</sup>, a presença de caldeireiros e integração na comunidade estão documentadas, por exemplo, através das referências nos livros de *Vereaçãoens*, desde a primeira metade do século XV<sup>7</sup> por surgirem no elenco de ofícios sujeitos a fixação de taxas, no tempo de D. João II (CRUZ, 1943: LXXXIX). O regulamento de 1621 para a procissão de Corpo de Deus agrupa-os com outras artes, sendo obrigados a levar tochas, contribuição substituída, em 1773, pela participação na colocação de toldos a cobrir a rua, de Santa Ana à Fonte Taurina (COUTO, 1972: 47, 100-103). Também tinham o dever de escolher juiz do ofício, e quando tal não acontecia nomeava-o a Câmara, como fez em 1627, escolhendo o *melhor caldeireiro da cidade*; mas nem por isso deixaram de ser admoestados, no ano seguinte, para não contabilizarem as componentes de ferro na pesagem da obra a vender e assim prevenir a fraude (SILVA, 1988, 1: 193 e 197), tanto mais que, no reforço de bordos e fundos, os arames de ferro ficavam encobertos ao cliente, como salientam os profissionais da capital (LANGHANS, 1946, 2: 108)<sup>8</sup>, falsificando o peso, fundamental para calcular o valor da peça<sup>9</sup>.

O *Compromisso do officio de caldeireiro* do Porto, feito em 1775 (aprovação régia de 1799), foi transcrito por António Cruz (CRUZ, 1943). Consta de 33 capítulos, na maior parte idênticos outros regimentos tardios. Actualizaram-se os artefactos a realizar no exame (cap. 10º), bem diferentes dos enumerados em 1572: «hua estufadeira com sua tampa bem justa e desempenada, hua caldeira de chá inteira e hua panela de cerieiro com sua tampa, e bica bem justa» (CRUZ, 1943: 57), e prevê-se a revisão da avaliação por outros cinco mestres a pedido do examinado (cap. 12º). É interessante, ao longo do articulado, a atenção prestada aos estrangeiros, que se podem apresentar a exame mesmo sem certificado de aprendizagem *para lhe evitar a demora de mandar vir dos seus paizes*

---

4 Por exemplo, em 1673 solicitam que se retire do exame o atonor e a caldeira de aro de ferro, dado serem peças que «não se praticão hoje nem de tempo immemorial» (LANGHANS, 1946, v.2: 104).

5 Em busca simples do termo *caldeireiro* na aplicação [digitarq.arquivos.pt](http://digitarq.arquivos.pt), encontramos, desde a Baixa Idade Média, um rasto de profissionais nacionais, ao serviço por todo o reino e império, e também a presença de estrangeiros, nomeadamente de franceses que, a partir de Quinhentos, caíram nas malhas do Tribunal do Santo Ofício.

6 Também aqui houve uma *rua do Souto e Caldeiraria* (1555), datando da segunda metade de Setecentos o topónimo actual, *rua dos Caldeireiros* (FREITAS, 1999: 80-81).

7 Por exemplo: Martim Lourenço, em 1411 (*Vereaçãoens*, 1980: 425 e 79), Vasco Anes, em 1431-1432 (*Vereaçãoens*, 1985: 41, 111, 113, 119), João Martins, quadriheiro em 1432 (*Vereaçãoens*, 1985: 126). Ver também MELO, FRANCO, AMARAL, 2002).

8 Outro tanto decretou Luís XIV para a cidade de Paris (4 de Outubro de 1735), e depois para todo o reino, através da *Declaration du roy, concernant les ouvrages de chauderonnerie*, de 27 de Julho de 1740.

9 Tanto nas ordenações manuelinas (Lv I, Tit. XV § 41) como nas filipinas (Lv I, Tit. XVIII § 47), os caldeireiros encontram-se entre os profissionais obrigados a ter pesos nos seus estabelecimentos: «os Caldeireiros teram arroba, e meia arroba, e quarto d'arroba, e quatro arratens, e dous arratens, e huum arratel, e meio arratel, e huma quarta, e duas oitavas d'arratel» (*Ordenações Manuelinas*, 1984: 126).

*certidão* (cap. 9º) (Fig. 1).

Mas a atitude de tolerância desaparece face a problemas candentes, já assinalados em Lisboa: a presença de *algumas pessoas ordinariamente vadios a andarem por esta cidade atravessando todo o cobre latão obras uzadas delle dando pregão*, roubando e levando os criados a fazer o mesmo para lhes venderem o metal (cap. 18º); os prejuízos causados pelos aprendizes e oficiais que vendem pelas ruas *obras feitas e outras meias feitas, como tachos baçias caldeiras dando pregão pelas portas, e acabandoas as portas de quem compra* (cap. 19º); mais grave, os ambulantes (cap. 20º), que ninguém controla e andam «pelas ruas praças, ou estradas, ou campos pondo forjas volantes [...] contra toda a razão pulitica nem mesmo pessoa alguma nacional ou estrangeira poderá na mesma cidade e comarca atrabeçar obras para consertar, ou fazer andando pelas ruas dando pregoens, para quem quer fazer obras, ou consertallas pois isso arruina as officinas estabelecidas» (CRUZ, 1943: 61). Esta última situação tornou-se indistigável face às ondas de caldeireiros itinerantes que atravessavam a Europa e levou as monarquias a reagir<sup>10</sup>, como também sucedeu em Portugal. Isso mesmo indica, por exemplo, a ordem régia de 21 de Agosto de 1745, dirigida aos Corregedores e por estes aos Juizes de Fora: «para que se dissipe todo o rancho de caldeireiros e cerralheiros e outros vagabundos que andam de terra em terra [...] que todos tinham praticado desacatos nas igrejas e roubos» (CARVALHO, 1944: 76). A cidade do Porto, importadora de matéria-prima (Inglaterra e Hamburgo), teria então lojas/oficinas suficientes para abastecimento regional de vasilhame de cobre e latão, exportando mesmo *caldeiras, tachos e bacias*, do mais básico que se produzia (Costa, 1945: 254, 260, 275). Na *Rellação* de 1808 contam-se dezasseis<sup>11</sup>.

Marcadamente urbano, este ofício parece pouco significativo em alguns centros no início da época Moderna, como sucederia em Guimarães, onde não consta dos regimentos e competia aos picheiros realizar os alambiques (ALMEIDA, 1930: 153; FERNANDES, OLIVEIRA, 2004: 138). Já A. L. de Carvalho remete-o para o universo dos ambulantes (CARVALHO, 1944: 75). Relativamente a Braga, haverá informação escassa (OLIVEIRA, 1991: 124 e 1998-1999: 7); a Coimbra, onde existiam em Quinhentos, chegaram depois novos profissionais encartados em Lisboa, respeitando-se este regimento<sup>12</sup>; em Évora, segundo o regimento de 1714, o valor de qualquer obra de cobre estima-se apenas pelo peso do metal, excepto os almofarizes, funis e candeias *das de fora* (BAPTISTA, 1966: 107).

A carência de profissionais estende-se a toda a área transmontana, como mostra o minucioso inquérito elaborado pelo juiz demarcante de 1796, em cujos mapas figura um único caldeireiro, fixado em Sesulfe, vila junta a Cortiços, então Comarca de Moncorvo, hoje município de Macedo de Cavaleiros (MENDES, 1981: 229 e 297-299). O mesmo Columbano Ribeiro de Castro, enquanto corregedor da comarca da Feira, compila (1801) uma *descrição* na linha da anterior, surgindo a arte apenas mencionada no quadro relativo à população da *Villa da Feira*, mas a coluna foi deixada em branco (AMORIM, 1994).

---

10 Em Espanha, o *Diccionario de Autoridades* (II 1729) recolhe para a entrada *calderero* um segundo significado, remetendo para a lei: «Se llama tambien el que anda vendiendo por las calles sartenes, badiiles y otros instrumentos caseros de cobre o hierro sin tener tienda pública: el qual de ordinário está reputado por gitano, o vagamundo. RECOP. lib. 8. tit. 11. l. 11.»

11 *Contribuição de guerra sobre as corporações de ofícios – Relação dos Mestres do Ofício de Caldeireiro*. PT-CMP-AM/PUB/CMPRT/FANT/0112-A.PUB.4767.18.

12 Agradecemos a informação a Paula França, arquivista do AHMC. Em 1578, Catarina Fernandez diz que na tenda que ficou do marido caldeireiro tem «muita obra de caldeiras, tachos, bacias, fechaduras e mais pesas que pertence ao dito oficio», além de metal por lavar, pedindo autorização para o terminar e vender (AHMC/Registo nº 4/1578-1579/fl. 179-183v). Pedido de autorização para laborar, com cópia do regimento (AHMC/Registo nº 10/1601-1606/fl. 64-64v) e (AHMC/Registo nº 12/1610-16012/fl. 120-121).

## CALDEIREIROS OITOCENTISTAS

A inquietação que entrevimos face aos *caldeireiros ambulantes*, muitos deles estrangeiros que cruzaram diversas nações, terá recrudescido, a partir do terceiro quartel do século XIX, perante a efectiva entrada de profissionais, eco da movimentação de *Rom* com epicentro na Hungria, Roménia, Balcãs e outras áreas do Leste da Europa (VAUX de FOLETIER, 1973; FRASER, 1998: 214ss). O nome de uma destas tribos/nação – *Kalderasha* advém do seu principal ofício, que desenvolviam como nómadas, tendo-se tornando novamente alvo da desconfiança das autoridades e de um misto de curiosidade e temor por parte das populações<sup>13</sup>. Conhecemos pouco sobre o impacto no Norte de Portugal, mas ainda hoje persiste, mesmo entre a família de caldeireiros penafidelense, a memória de terem vindo de Leste (ou de Itália), embora, a ser verdade, isso tivesse de remontar não a esta leva mas, no mínimo, a meados do século XVIII.

**Quadro 1 - Profissionais de caldeiraria**  
 Contribuição Industrial 1877 - 1885

Caldeireiros		1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885
ambulantes	com cavalgadura (verba nº 104)	24	24	25	37	36	34	25	26	30
	sem cavalgadura (verba nº 105)	42	43	42	43	40	32	35	36	30
em oficina	oficiais de officios (verba nº 366)	78	107	84	36	108	309	107	125	187
TOTAL		144	174	151	116	184	375	167	187	247

Fonte: *Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880-1890

A partir da década de 1870 o Estado procurou colectar estes profissionais (contribuição industrial), respeitando as diferentes situações, o que favorece uma leitura de conjunto. Certamente subestimados, os ambulantes, nacionais e estrangeiros, representavam pelo menos um terço dos caldeireiros (Quadro 1). Dentro deste segmento distinguiram-se duas condições, os que se deslocavam com cavalgadura e os que andariam a pé, carregando o material às costas, avaliando-se o rendimento dos primeiros como triplo do calculado para os segundos. A sua distribuição no território mostra-se bastante irregular, com uma persistente presença dos primeiros nos distritos do interior Norte e Centro, por cuja raia seca entrariam no país<sup>14</sup>, como também o faziam a Sul, em Faro (Quadro 2). A fonte não permite esboçar o quadro de distribuição por distrito dos caldeireiros estabelecidos.

<sup>13</sup> Adolfo Coelho, um pioneiro do estudo sobre os ciganos em Portugal, não encontrou documentação que indicasse terem, nos séculos mais recuados, exercido profissões relacionadas com os metais, mas confirmou no seu tempo, directamente e através de Tomás Pires, a presença em Lisboa, e principalmente no Alentejo, de grupos de *tsiganos* oriundos da Hungria, exímios caldeireiros (COELHO, 1892: 175, 223ss).

<sup>14</sup> Não existem grandes centros de caldeiraria contíguos à fronteira com a Galiza, sendo conhecidas oficinas em Os Peares e O Barco de Valdeorras (Ourense); mais importante em número de artesãos, identidade de grupo e área de vendas era o núcleo de Miranda (Avilés), já nas Astúrias (FEITO, 1970; GONZÁLEZ-HONTORIA, 1998: 64-65 e 100-101; LOPÉZ GÓMEZ et al., 1998: 334-339; GIL DE BERNABÉ, 1999: 90-93; FIDALGO SANTAMARIÑA, 2002, 58-60).

## Quadro 2 - Caldeireiros ambulantes (com/sem cavaladura) colectados por distrito Contribuição industrial 1878 - 1885

Ano	1878		1879		1880		1881		1882		1883		1884		1885	
	com	sem	com	sem	com	sem	com	sem	com	sem	com	sem	com	sem	com	sem
Aveiro	1	11	1	13	1	13	1	12	2	12	-	12	-	12	-	1
Beja	-	3	-	3	-	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Braga	3	1	3	-	3	-	3	-	3	-	2	1	2	1	2	2
Bragança	2	1	2	4	4	1	2	3	2	2	4	4	3	4	4	5
Castelo Branco	3	2	3	2	3	5	4	3	2	3	2	1	5	1	5	1
Coimbra	1	3	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	-	1	1
Évora	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	2	1	1	1	1
Faro	1	2	-	1	1	6	3	6	1	2	1	2	3	3	4	3
Guarda	5	3	8	3	15	2	12	4	11	5	8	4	6	2	7	5
Leiria	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lisboa - cidade	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lisboa - concelhos	-	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2
Portalegre	-	5	-	3	-	3	-	4	-	4	-	6	-	6	-	4
Porto - cidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto - concelhos	2	1	1	1	2	1	1	3	2	1	2	1	2	1	2	1
Santarém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Viana do Castelo	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-
Vila Real	4	5	4	4	4	1	4	1	5	1	5	-	2	4	3	1
Viseu	-	1	-	1	2	3	3	1	2	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>43</b>	<b>25</b>	<b>42</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>36</b>	<b>40</b>	<b>34</b>	<b>32</b>	<b>25</b>	<b>35</b>	<b>26</b>	<b>36</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

Fonte: *Anuário estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880-1890

Olhemos, como exemplo de complementaridade entre oficina e trabalho de concerto/venda ambulante, para o núcleo de caldeiraria de Eixo/Aveiro, onde a profissão existia pelo menos desde 1660, expandindo-se no século seguinte, por forma a atingir mais de três dezenas de referências nos registos paroquiais (FERREIRA, 2005: 20). Jaime de Magalhães Lima, recordando aos seus antepassados, diz-nos:

«Em Eixo habitaram e se multiplicaram os meus antepassados, no correr de cêrca de três séculos, querendo a tradição que o meu quarto avô fosse estrangeiro, sem todavia lhe designar a nacionalidade. Teria sido êsse homem, e isso leva a crêr que veio de fora, teria sido êle que fundou e exerceu na vila a indústria de artefactos de cobre que se propagou e prosperou, e que os filhos e netos continuaram até meados do século XIX» (LIMA, 1926: 293).

Venâncio Vieira esclarece como se desenrolava a actividade, em meados do século XIX:

«O pessoal desta indústria compõe-se de proprietários capitalistas, artistas e criados caixeiros para andarem pelas feiras; ainda que muitas vezes a mesma pessoa acumula os dois primeiros mesteres, e alguns (poucos) os três ditos. Esta indústria consiste no seguinte: – Os proprietários das lojas de caldeiras compram e mandam vir do Porto pastas de cobre e latão amarelo e fazem ou mandam fazer nas suas lojas caldeiras, tachos, alambiques, painéis, sertãs, escumadeiras, fogareiros, esquentadores de cama e outros objectos, que se costumam fazer desta matéria, os quais os ditos criados vão vender às feiras e pelas portas em quase todo o Reino. [...] as lojas

de caldeiras nunca passaram de seis a oito ocupando cada uma um ou dois artistas e quando muito três criados; e nem esta indústria pode ser considerada vil e tanto que os donos destas lojas sempre ocuparam os primeiros empregos da terra<sup>15</sup>. Esta indústria, até certa época, pode dizer-se que foi um monopólio de Eixo, e então se fizeram boas casas com ela; mas, depois que se estabeleceram em outras terras do Reino lojas de caldeiras e se começaram a usar as obras de Flandres e ferro fundido, tem decaído muito (VIEIRA, 1983: 43-44).

Para a aproximação à vertente urbana, focámo-nos no distrito do Porto. O *Inquérito Industrial de 1881* não individualizou a caldeiraria no *mappa geral das pequenas industrias nos concelhos ruraes* e respectivo comentário, nem a contemplou na segunda parte dedicada às *Fabricas*, sendo remetida para a terceira, que acolhe a *pequena industria* na cidade. Sob a rubrica 40. *Caldeireiros*, os autores do relatório caracterizam-na em poucas linhas:

«Contamos 12 officinas, das quaes 3 maiores e 9 menores. As primeiras empregam de 2 a 3 officiaes e 1 aprendiz, e produzem cerca de 4 contos de obra ao anno; as segundas empregam 1 a 2 officiaes e 1 aprendiz, e a produção baixará a pouco mais de 2 contos. O salário do caldeireiro regula entre 600 e 800 reis. Fazem-se machinas e alambiques de distillação, bombas de incendio e toda a especie de obra miuda e reparações. O cobre custa em chapa 460 reis o kilogramma e em obra 800 reis nas machinas de distillação, e 600 reis nos alambiques. A industria decahe: o uso da louça de cobre é cada vez mais restricto» (*Relatório*, 1881: 361-362).

As 12 oficinas portuenses, sem mecanização, produziam 43 toneladas de cobre em obra, no valor de 30 contos, para consumo nacional. Teriam um capital total de 18 contos e empregavam 33 pessoas, todas do sexo masculino, sendo 21 maiores e 12 menores, aqueles com um salário de 700 réis (*Relatório*, 1881: 410-411). A nível nacional, responderam ao *Inquérito* 10 unidades de caldeiraria, estando sedeadas no Norte transmontano as de: António José Lopes, que tinha aprendido a arte na Fábrica Colares (Lisboa), e José Santos Séca, ambos de Bragança; José Isabel, com oficina em Chaves desde 1876, cujo nome recorda Angelo Izabella, caldeireiro em Lisboa, onde não era o único estrangeiro; Domingos Lamelas, de Montalegre (*Inquérito*, 1881; *Resumo*, 1883).

Mais significativos parecem os resultados alcançados com o *Inquérito Industrial de 1890*, uma vez que poucos concelhos deixaram de responder. Procuramos resumir no Quadro 3 o número e a distribuição por distrito dos estabelecimentos, todos de *pequena industria*, com excepção de duas fábricas em Lisboa<sup>16</sup>. Na cidade do Porto, as 12 oficinas de 1881 estavam reduzidas a 8. Porém, cotejando resultados, existe coerência entre o já referido levantamento de contribuintes realizado a partir de 1878 e os valores de 1890 quanto ao pessoal empregue e, sublinhamos, à distribuição no território, pois os distritos com mais *caldeireiros ambulantes* são agora aqueles onde se recenseou o maior número de estabelecimentos, ou seja, Bragança e Guarda, seguidos de perto por Vila Real e Viseu, vindo depois Faro. Em Aveiro/Eixo, a actividade esmorecera (3), confirmando o relato citado<sup>17</sup>.

A Norte do Douro, no distrito de Viana do Castelo a única caldeiraria mencionada ficava no concelho de Arcos de Valdevez; no de Braga estava 1 em Fafe e Guimarães e 4 em Vieira do Minho, centro que chegou à actualidade; no do Porto, para além dos estabelecimentos da cidade havia 1 em Amarante e no Marco de Canaveses e 3 em Santo Tirso, estando omissos por falta de resposta os de Penafiel; no distrito de Vila Real o maior centro era Chaves, com 4, existindo 1 em Peso da Régua, Santa Marta, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e na cidade, áreas vinhateiras; em Bragança

---

15 Há caldeireiros nos lugares de vereador e juiz da vila de Eixo desde meados do séc. XVIII (VIEIRA, 1983: 44) e vendedores envolvidos no negócio do cobre e respectivo vasilhame para as feiras regionais, por 1775 (AMORIM, 1996: 439-440 e 630).

16 Estas unidades utilizavam maquinaria e estavam especialmente voltadas para o fabrico de caldeiras industriais, bombas, tubos para canalização, etc. Os operários do subsector viriam a formar a *Associação de Classe dos Caldeireiros de Ferro e Cobre de Lisboa*, requerida em 1912 e aprovada em 1916 (ANTT - *Associações de classe*, nº 785, cx 63); no Porto integraram a abrangente *Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos* (CABRAL, 1977:199ss).

17 Em 1911, havia dois *fabricantes de objectos de cobre* no concelho de Aveiro, um sedeadado em Eixo e outro em Oliveirinha (Cabido, 1911: 71).

distribuíam-se pela cidade (3) ficando as demais em Macedo de Cavaleiros (2), Mirandela (1), Torre de Moncorvo (4) e Vimioso (1) (*Inquérito*, 1891).

**Quadro 3 - Estabelecimentos de caldeiraria**  
 Inquérito Industrial de 1890

Distrito	População	Estabelecimentos de caldeiraria		
		concelhos	estabelecimentos (pequena indústria)	peçoal
(nº de concelhos que não responderam)				
Aveiro	287.437	2	4	4
Beja	157.571	3	3	7
Braga	338.308	3	6	9
Bragança	179.678	5	11	22
Castelo Branco (-1)	205.211	3	6	7
Coimbra (-2)	316.624	2	2	3
Évora	118.408	2	5	5
Faro	228.635	4	7	16
Guarda	250.154	4	12	14
Leiria (-1)	217.278	2	3	3
Lisboa - cidade	611.168	1	9 + 2 fábricas	25+16
Lisboa (c/ Setúbal)		4	4	6
Portalegre	112.834	1	3	4
Porto - cidade	546.262	1	8	24
Porto (-1 Penafiel)		3	5	6
Santarém	254.844	2	2	2
Viana do Castelo	207.366	1	1	1
Vila Real	237.302	6	9	21
Viseu (-1)	391.015	5	8	15
<b>TOTAL</b>	<b>4.660.095</b>	<b>54</b>	<b>108 + 2 fábricas</b>	<b>210</b>

**Fonte:** *Inquérito industrial de 1890. Indústrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, volumes 3 a 5.

## OS CUNHA E A ARTE DE CALDEIREIRO EM PENAFIEL

No dealbar de Setecentos, Carvalho da Costa retratou lapidarmente a composição económico-social de Arrifana de Sousa, dizendo que: «he povo de seiscentos visinhos, em que entrão alguns fidalgos, e nobres, os mais são artífices, particularmente de malho, lima e agulha» (COSTA, 1706: 348). Contudo, entre estes variados artífices não temos notícia de haver caldeireiros<sup>18</sup>. A situação ter-se-ia mantido por todo o século XVIII, já que a profissão está omissa nos livros de registo paroquial, sistematicamente escrutinados, salvaguardando-se a limitação que resulta da existência de assentos sem esta indicação (SANTOS, 1979; MARQUES, 1974; DUARTE, 1972; SANTOS, 2000). Também não são mencionados nos tombos da festa do Corpo de Deus, de 1657 e 1705, em que a participação das gentes dos mesteres se impunha (SOEIRO, 2000-2001).

Em 1741, Arrifana de Sousa passa à categoria de vila, sede de um pequeno concelho. A nova

<sup>18</sup> Não foram consultados os livros de registo paroquial anteriores ao século XVIII. No entanto, através da aplicação [digitarq.arquivos.pt](http://digitarq.arquivos.pt), encontramos entre a documentação da Inquisição um processo quinhentista (1558-1564) referente a Jorge Afonso, natural de Arrifana de Sousa, casado em Braga e residente no Funchal que, quando foi sentenciado, indicou ter a profissão de caldeireiro. Não sabemos, porém, onde a aprendera (PT/TT/TSO-IL/028/06394).

Câmara de imediato procura redigir e aprovar regimentos para diversos ofícios, fazendo a eleição dos respectivos juizes e avaliadores, também sem contemplar a actividade que agora nos interessa. Como referimos em outro trabalho relativo aos latoeiros/funileiros (SOEIRO, 2021), esta ausência sobressai ainda mais pela falta de profissionais da arte no minucioso levantamento para cálculo da décima de prédios e maneios realizado em 1762 (BERNARDO 2012), nos emprazamentos a mosteiros e comendas<sup>19</sup>, no registo de cartas de exame (1771-1833) e mesmo nas compilações coetâneas de posturas municipais (SOEIRO, 1993).

Tal situação prolongou-se por mais algumas décadas, bem para lá da elevação da vila de Arrifana de Sousa a cidade de Penafiel e da ampliação do território concelhio. Entretanto, o público não deixaria de estar servido, basta pensarmos nas feiras do Espírito Santo e de S. Martinho, que atraíam negociantes e vendeiros a grande distância<sup>20</sup>, no comércio local, estreitamente ligado à cidade do Porto e a Guimarães e, significativo no caso dos caldeireiros, à passagem de vendedores ambulantes.

Na primeira metade do século XIX, malgrado as perturbações causadas pelos difíceis tempos da Guerra Peninsular e da Guerra Civil, durante as quais a cidade foi palco de ocupações e combates (SOEIRO, FERNANDES, BERNARDO, 2021), e apesar da perda da comarca, continuou a verificar-se o crescimento de Penafiel, tanto em número de habitantes como em preponderância política e económica sobre o território interior do novo distrito. A cidade mostrar-se-ia apelativa para os elementos mais dinâmicos de áreas periféricas distantes assim como do meio rural envolvente, quase como antecâmara da mais exigente urbe portuense. Podemos colocar a hipótese de ter sido esta conjuntura favorável que interessou o primeiro caldeireiro identificado, Manuel da Cunha, aqui chegado no início da década de 1840.

## **SOB A TUTELA DE MANUEL DA CUNHA E JOAQUINA FERREIRA**

Manuel da Cunha era natural da freguesia de Rebordosa, no vizinho concelho de Paredes, onde nasceu por 1814, filho de Francisco da Cunha e Maria Rita Moreira, ambos do lugar de Fijô, (Rebordosa, Paredes). Não aprendeu a ler e escrever. Casou, a 16 de Fevereiro de 1839, com Joaquina Ferreira, do lugar de Capelo, da mesma freguesia, também a de origem dos pais e avós maternos, enquanto os paternos eram de Frazão e Modelos, em Paços de Ferreira<sup>21</sup>. Infelizmente, este registo, bem como os dos nascimentos que se seguiram, não identificam as profissões dos intervenientes, mas fica assegurado que pelo menos as duas gerações anteriores estavam fixadas no Vale do Sousa, o que nos leva a questionar onde e quando Manuel aprendeu o ofício de caldeireiro, se já era o da família, pouco provável para residentes em Rebordosa, parecendo-nos plausível que esta formação tivesse decorrido no Porto, cidade próxima e com vários profissionais encartados. Porém, damos nota que José da Cunha, padrinho do segundo filho de Manuel, reside em Braga, outro centro com alguns caldeireiros.

Os dois primeiros filhos do casal, Águeda (n. 1840/03/18) e José (n. 1841/12/07), que será caldeireiro, ainda nasceram em Capelo, Rebordosa<sup>22</sup>, mas a terceira, Ana (n. 1844/01/23), já é penafidense<sup>23</sup>, o que baliza a transferência da família nos primeiros anos da década, 1842/1843, ficando então a morar em Cimo de Vila. Seguidamente vieram ao mundo Domingos (n. 1845/04/30), Luís (n. 1846/12/15), Zeferino (n. 1848/12/29), Maria (n. 1850/10/01) e Joaquim (n. 1852/08/07),

---

19 Agradeço a informação a Helena Bernardo.

20 Por exemplo, na Feira de S. Martinho de 1863, segundo a *Nota estatística* enviada ao Governo Civil do Porto, foram postos à venda 128kg de cobre, no valor de 72\$000, vendendo-se 54\$000, e latão em obra no montante de 200\$000, tendo-se vendido 180\$000 (PT-ADPRT-AC-GCPRT, mç. 639).

21 PT-ADPRT-PRQ-PPRD18-002-0006, fl. 200.

22 PT-ADPRT-PRQ-PPRD18-001-0006, fl. 110 e PT-ADPRT-PRQ-PPRD18-001-0006, fl. 117v.

23 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 19v-20.

futuro caldeireiro<sup>24</sup>, nascidos na rua da Ajuda<sup>25</sup>. Manuel da Cunha e Joaquina Ferreira adquiriram, por escritura de 31 de Janeiro de 1844, uma casa com quintal e mais pertences descrita como sita na rua Senhora da Ajuda, n<sup>os</sup> 50-52, foreira ao Morgado da Folha, João Bernardo Vaz Pinto Barbosa e Veiga, com o valor venal de 240\$000; em 1891, esta descrição foi actualizada para: «uma morada de casas sobradadas e telhadas com sua loja, com os n<sup>os</sup> de policia 137 a 141 com quintal e poço de tirar agua á roda, sita na rua d'Alfredo Pereira d'esta cidade, a confinar do nascente com casas e quintal d'Antonio Bernardo, do poente com casas d'Antonio Joaquim d'Andrade, do norte com o carreiro das servidões, e do sul com a rua publica», e tinha o valor venal de 600\$100<sup>26</sup>.

Interrompemos a sequência da prole também para salientar que, nestes anos centrais do século XIX, Manuel da Cunha foi inequivocamente identificado como caldeireiro no inquérito estatal de 1852-1853, em que se procurava avaliar e formar um *Mapa da instrução dos operários que trabalham em fabricas*<sup>27</sup>. Era proprietário de uma *fabrica* em Penafiel, nela trabalhavam três homens e dois menores, só um alfabetizado, mas não ele, como mostra a documentação.

O casal teve mais quatro filhos, Francisco (n. 1854/03/21), Francisco (n. 1855/05/15), futuro caldeireiro, Margarida (n. 1857/03/08) e Amélia (n. 1859/05/16)<sup>28</sup>, perfazendo um mínimo de doze. Destes, pelo menos três não resistiram à primeira infância<sup>29</sup>; Luís tornou-se caixeiro do comércio, mas faleceu solteiro, aos 25 anos, em vida dos progenitores, na casa da rua da Ajuda, n<sup>o</sup> 146<sup>30</sup>; a Domingos, ajudaram-no eles, economicamente, a embarcar para o Brasil.

Nova redução do agregado doméstico se avizinhava pelo casamento de Águeda (c. 1861/06/29), a única da sua geração que não sabia assinar, com António de Sousa Mendes, seleiro como o pai, natural da freguesia e morador na rua da Ajuda. Ficou perto, como também fez José, que dois anos depois (c. 1863/12/17) se consorcia com Lucrecia Leopoldina de Magalhães, exposta da Roda de Penafiel<sup>31</sup>. Aprendeu o ofício com o pai, sendo possivelmente o menor que sabia ler e escrever referido no inquérito de 1852-1853.

Na oficina/loja de Manuel da Cunha trabalhou, por muitos anos, um outro oficial de caldeireiro, decerto contabilizado naquela ocasião, Francisco José de Oliveira (n. por 1836), trazido de Rebordosa em jovem e por ele ensinado. Residia em Penafiel quando casou (c. 1852/08/29) em Mouriz (Paredes), naturalidade da nubente, com Matilde Moreira<sup>32</sup>. Alguns dos filhos vieram ao mundo em Cimo de Vila (Penafiel) e foram apadrinhados por jovens Cunha; ele próprio testemunhou actos notariais desta família, que reconheceu o seu desempenho legando-lhe uma verba no testamento, como veremos. Faleceu em 1894<sup>33</sup>.

O que sabemos sobre o exercício da profissão neste tempo mais recuado é muito pouco. No *Mappa demonstrativo do preço medio dos salarios dos operarios*, integrado no relatório anual apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto, respeitante a 1854, apenas os concelhos do Porto e Penafiel indicaram valores para a jorna de caldeireiro, respectivamente 280 e 240rs, sinal de que era exercida. Esta retribuição é, em Penafiel, igual à de vários outros profissionais muito requisitados (carpinteiros, funileiros, pedreiros, sapateiros e trolhas), e significativamente mais baixa do que os 300rs auferidos por chapeleiros, espingardeiros, fabricantes, ferreiros, marceneiros e serralheiros,

24 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 47; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 88; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 129v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 165v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 206-206v.

25 Designação para o tramo por trás da antiga capela da Ajuda e parte de Cimo de Vila.

26 Conservatória do Registo Predial de Penafiel - Registo de descrições prediais, n<sup>o</sup> 4618. Agradecemos a colaboração dos funcionários deste serviço.

27 AHMOP, DGCAM-RM 4.

28 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 251-251v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 280v-281; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl.315v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 365v.

29 Zeferino (f. 1849/08/21), Francisco (f. 1854/05/30) e Amélia (f. 1860/04/28); PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0021, fl.70; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-002, fl. 101; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0023, fl. 4. De Ana há a indicação indirecta de não estar viva em 1873.

30 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0016, fl. 88.

31 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-002-0020, fl. 9-9v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-002-0022, fl. 13v.

32 PT-ADPRT-PRQ-PPRD16-002-0014, fl. 19-19v.

33 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0057, fl. 27.

e ainda latoeiros (320rs), entalhadores (400rs) e, evidentemente, ourives (600rs) (*Relatório*, 1855, mapa nº 14). A situação manteve-se estável nos dois anos seguintes (*Relatório*, 1856, mapa nº 32 e 1857, mapa nº 30), embora no de 1856 alguns tenham visto o seu salário subir, permanecendo nos 240rs os caldeireiros. Nos restantes *relatórios*, 1857-1860, pareceria já não existirem em Penafiel, informação incorrecta; os valores preenchidos nos mapas apenas os localizam no Porto, recebendo de 240 a 320rs (*Relatório*, 1858, mapa nº 26; 1859, mapa nº 24; 1860, mapa nº 7; 1861, mapa nº 15).

A mesma falha de diferenciação foi cometida pelo jornal *O Século XIX* que, a 20 Abril de 1864, ao percorrer *ruas, beccos e travessas* da cidade para elencar as actividades efectivamente presentes não refere a caldeiraria, talvez aglutinada às seis *lojas de funileiros e latoeiros*; outro tanto podemos dizer do sumário do *movimento comercial da cidade e concelho* elaborado, no ano anterior, pela Câmara Municipal<sup>34</sup>. Mas os autarcas estavam cientes da sua existência pois, em 1865, as posturas municipais já proibiam expressamente a caldeireiros e latoeiros o exercício da profissão *junto as ruas por onde tranzitam cavallos e vehiculos*, por o ruído assustar os animais, incómodo minorado com o posicionamento recuado das oficinas, deixando a frente junto à muito concorrida rua/estrada real para loja<sup>35</sup>.

**Quadro 4 - Caldeireiros em Penafiel**  
1862 - 1923

Nome	Profissão	1862	1865	1870	1879	1881	1894	1901	1923	Freguesia, lugar	Ler e escr.
Manuel da Cunha	caldeireiro	48 cas.	51 cas.	56 cas.	—	—	—	—	—	Penafiel, Cimo de Vila /rua da Ajuda (actual rua Alfredo Pereira)	não
José da Cunha [Ferreira]	caldeireiro	—	—	28 cas.	37 cas.	39 cas.	52 cas.	61 cas.	—	Penafiel, rua da Ajuda (actual Alfredo Pereira)	sim
Francisco Ferreira da Cunha	caldeireiro	—	—	—	24 solt.	26 solt.	38 cas.	44 cas.	63 cas.	Penafiel, rua da Ajuda (actual Alfredo Pereira); mudou-se, em 1891, para a rua Serpa Pinto (actual Joaquim Cotta)	sim
Francisco José de Oliveira	caldeireiro (oficial de)	—	—	—	43 cas.	45 cas.	57 cas.	—	—	Penafiel, rua da Ajuda (actual Alfredo Pereira)	não (assina)
Rodrigo da Cunha Ferreira	caldeireiro	—	—	—	—	—	—	28 cas.	54 cas.	Penafiel, S. Bartolomeu, depois na rua Serpa Pinto (actual Joaquim Cotta)	sim
Vitorino Ferreira da Cunha	caldeireiro	—	—	—	—	—	—	—	31 solt.	Penafiel, rua Serpa Pinto (actual Joaquim Cotta)	sim
António da Cunha Ferreira	industrial	—	—	—	—	—	—	—	35 cas.	Penafiel, rua Alfredo Pereira	sim
Joaquim da Cunha Ferreira	industrial	—	—	—	—	—	—	—	21 solt.	Penafiel, rua Serpa Pinto (actual Joaquim Cotta)	sim

**Fonte:** AMPNF - 1623 *Livro de recenseamento de todos os cidadão eleitores e elegíveis a deputados e a cargos municipais e paroquiais*, 1862; 1625 idem, 1865; idem, 1870; 1638 *Caderno de eleitores e elegíveis - assembleia de Penafiel*, 1879; AMPNF - 1643 *Livro para o recenseamento político do anno de 1894*; AMPNF 1644 *Livro do recenseamento eleitoral*, 1901; AMPNF 1646 *Livro definitivo do recenseamento eleitoral*, 1923.

Nos recenseamentos eleitorais de 1862 e 1865, Manuel da Cunha é o único caldeireiro, indicando-se como montante da décima de prédios não arrendados e indústria os valores globais de 1\$438 e 3\$690. Em 1870, além dele (décima por prédios não arrendados 2\$625, indústria 2\$100, pessoal \$475, no total de 5\$2000), foi inscrito o filho José, casado, caldeireiro, a residir na rua da Ajuda, com a contribuição por indústria de 1\$140 (Quadro 4).

34 AMPNF - A 123 *Livro copião de correspondência expedida*, 1863, Setembro, 20.

35 AMPNF - A 27 *Livro de registo das actas da Câmara*, 1865, Maio, 17.

Que a vida profissional deve ter corrido de feição ao primeiro<sup>36</sup> deduz-se dos bens sumariados no inventário orfanológico decorrente da sua morte sem testamento (f. 1872/11/16)<sup>37</sup>. Não tivemos acesso directo ao documento, finalizado em 1873, mas, a partir de uma doação e do testamento da viúva obtivemos alguma informação, nomeadamente que naquele momento estariam a funcionar duas oficinas de caldeiraria devidamente apetrechadas, avaliadas em 1.800\$000rs, e que a família possuía casas na rua da Ajuda (hoje Alfredo Pereira), seguramente mais de uma já que a descrição de 1844 e a doação de 1873 identificam imóveis nos dois lados da rua, perfazendo tudo um valor significativo (Fig. 2).

Na oficina junto à residência, no lado Sul, em edifício que hoje não reconhecemos, pontificava Manuel da Cunha, tendo como colaboradores Francisco José de Oliveira, um caldeireiro experimentado, dois dos filhos ainda jovens - Joaquim e Francisco, e eventualmente outros oficiais e/ou aprendizes. A segunda oficina, sita no lado Norte, estaria a cargo de José, filho e irmão mais velho dos anteriores, casado e já com descendência, que viria a ser seu proprietário. Tratar-se-á do edifício da rua Alfredo Pereira n<sup>os</sup> 23-27, que se mantém na família e em cujo interior pudemos ver as estruturas da oficina, encerrada há mais de quatro décadas, mas momentaneamente animada no relato do bisneto Luís Cunha<sup>38</sup>.

Falecido o patriarca repentinamente (hemorragia cerebral), Joaquina Ferreira ficou viúva com filhos menores a cargo. Viu-se na obrigação de regularizar a herança paterna que cabia aos maiores, após inventário, e na necessidade de viabilizar o negócio que entretanto administrava, o que fez sob a forma de sociedade com José e Joaquim, ambos caldeireiros, responsabilizando cada um pela direcção de uma oficina. Este processo, a vários tempos, começou com uma doação feita em Dezembro de 1873 a Joaquim, com ela morador e em vias de se casar. Referia-se no articulado<sup>39</sup>:

«1<sup>o</sup> Uma morada de casas telhadas, de um andar, com os numeros de policia cento e quarenta e quatro, e cento e quarenta e seis, sita na rua da Senhora da Ajuda, desta mesma cidade, com um terreno adjacente na trazeira das mesmas casas, no qual se acha uma officina de forjar os objectos proprios do officio de caldeireiro, e com todas as mais pertencas, predio este, que ella doadora está habitando, e cujo valor, regulado pelo que lhe foi dado no mencionado inventario, é o de um conto e cincoenta mil reis, confrontando do nascente com a caza de dona Anna de Seabra, do poente com outra caza pertencente a Antonio Mendes, do norte com a dita rua d'Ajuda, e do sul com a viella que vae para São Bartholomeo; e 2<sup>a</sup> finalmente, o cerrado denominado da Eira do Silva, com todas as suas pertencas, sito pela parte de traz do predio acima confrontado, junto á viella que vae para São Bartholomeo, a confinar do nascente com terra dos herdeiros de João Salgam, do poente com dona Anna de Seabra, do norte com a dita viella de São Bartholomeo, e do sul com terra do Magalhaens do Outeiro, sendo o valor venal d'este predio, regulado pelo que lhe foi dado no dito inventario, o de cento e oitenta mil reis».

Em contrapartida, havia *condições e obrigações* que este filho, escolhido para ficar com a casa e oficina que fora do pai e beneficiado com a terça, deveria cumprir:

«1<sup>a</sup> Reserva ella para si durante a sua vida o usufructo dos ditos dous predios aqui doados, ficando obrigada pelo mesmo usufructo, e por todos os demais seus bens, aos reparos que forem necessarios nos mesmos predios, e ao pagamento das contribuições, e mais encargos prediais, que pelos mesmos predios se deverem pagar durante o seu usufructo; 2<sup>a</sup> Que elle donatario á morte d'ella doadora conferirá com os demais seus irmãos, filhos d'ella doadora, as duas terças partes do valor dos dous predios aqui doados, pois que a outra terça parte será precipua para elle donatario, ao qual desde já a dá irrevogavelmente; 3<sup>a</sup> Que elle donatario não poderá exigir d'ella doadora mae em vida d'esta a sua legitima paterna, e por morte d'ella mesma sua mae serão a dita legitima, e juros da

---

36 Conta-se que a caminho de uma feira para os lados do Marco foi interceptado (ou um seu colaborador) pelo temido José do Telhado, que o não roubou por lhe haver respondido com sinceridade e os valores transportados serem fruto do trabalho e sustento da família.

37 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-003, fl. 21.

38 Agradecemos as facilidades concedidas para a visita, estudo de artefactos e reprodução de imagem, assim como a partilha de memórias.

39 PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/001/0744, fl. 8-9

parte que os vença, descontados na dita conferencia que tem a fazer com seus irmãos das ditas duas terças partes do valor d'esta doação; 4ª Que o mesmo donatario fica obrigado a fazer o enterro d'ella doadora ao uso e costume d'esta freguezia, e os seus estados d'alma, e um officio de corpo presente, de dez padres, e a mandar dizer por sua alma, dentro do primeiro anno seguinte ao seu fallecimento, cincoenta missas; porém a despeza do enterro será por conta d'elle donatario e de todos os mais seus irmãos por igual, isto é, sahirá do monte commum, sendo imputada na conferencia que o mesmo donatario tem a fazer na forma acima dita; e a despeza do bem d'alma e missas será dividida entre elle donatario, como legatários da terça acima doada, e pelos outros, digo doada, e o legatario ou legatarios da terça de todos os demais bens que á morte d'ella doadora ficarem; devisão que se fará na proporção do que pelo terço de todos os seus bens tocar aos lagatarios d'ella, um dos quaes é o donatario filho, mas com respeito sómente ao valor dos bens aqui doados, como dito é, de forma que elle donatario haverá de cada um dos co-legatarios da dita terça a correspectir a parte da despeza do bem d'alma e missas acima mencionados; 5ª Finalmente, que elle donatario fica obrigado outro sim, pela terça acima doada, a dar á morte d'ella doadora a Francisco Jose d'Oliveira, official de caldeireiro, com ella morador, se elle á morte d'ella ainda se conservar na sua caza, como actualmente, aquantia de cincoenta mil reis em metal, mas se o dito legatario fallecer antes d'ella doadora, ou já não existir na caza e companhia d'esta á sua morte (d'ella doadora), fica elle donatario filho desligado da obrigação d'este legado».

Lidas as cláusulas do documento, Joaquim, segundo outorgante, declarou que se obrigava a cumpri-las por todos os seus bens, e especialmente pelos que aqui lhe ficavam doados. Imediatamente, sem sair do escritório do tabelião, Joaquina Ferreira, com cerca de 58 anos, faz o seu testamento<sup>40</sup>, onde são contemplados todos os sete filhos sobreviventes: «a saber – Joaquim, Francisco, Margarida, (estes trez ainda solteiros e com ella moradores), Agueda, Jose e Maria, todos trez casados n'esta dita cidade, e Domingos, ausente no Brasil, aos quais seus sete filhos institue por seus unicos e universaes herdeiros nas duas partes da sua herança». Ratificava, assim, a doação prévia da terça a Joaquim. Mas, entre os irmãos, quis ainda beneficiar os dois mais jovens que com ela viviam, Francisco e Margarida, com a terça da herança em questão, ou seja das duas terças remanescentes, impondo-lhes a condição de se responsabilizarem, na devida proporção, pelas cláusulas referidas na doação a Joaquim, que agora nomeava seu testamenteiro. Para bom esclarecimento de todos, acha por bem fazer uma declaração final relativa à situação dos demais filhos, os três já casados e o ausente no Brasil:

«com a declaração porem de que os trez filhos Agueda, Jose e Maria havendo conferido no inventário paterno cada um a quantia de duzentos mil reis, metade dos quatrocentos que cada, digo dos quatrocentos mil reis que cada um d'elles recebera do casal, tem por isso cada um dos mesmos a fazer igual conferencia ao fallecimento della testadora; declarando outro sim que seu filho Domingos para haver de transportar-se ao Brazil ainda em vida de seu pai, marido d'ella testadora, fizera despende com elle a quantia de cincoenta e cinco mil reis importancia da passagem e de varios arranjos que para isso se lhe derão, quantia esta que não tendo sido conferida por metade, como devera, no inventario paterno, tem de ser conferida no todo ao fallecimento d'ella testadora».

## **AS SOCIEDADES VIÚVA CUNHA & FILHOS**

Resolvida a herança, dois meses depois a viúva de Manuel da Cunha sentiu, como referimos, necessidade de resolver a questão das oficinas de caldeireiro, sustento da família, que administrava desde o falecimento do marido. Para tal, a 23 de Fevereiro de 1874 recorreu ao anterior notário para estabelecer uma sociedade com os filhos adultos e profissionais da arte: Joaquim, que continuava a viver com ela e a trabalhar na forja do pai, como deixara entrever na doação, entretanto casado (c. 1874/02/08) com Gertrudes da Conceição Mendes, 29 anos, do lugar de Bairral, Santa Marta (Penafiel), costureira<sup>41</sup>; José, anos antes consorciado com Lucrecia Leopoldina, morador na mesma rua, certamente no edifício onde estava a outra forja.

40 PT-ADPRT/NOT/CNPNF02/001/0744, fl. 9-9v  
41 PT-ADPRT-PRQ-PPNF30-002-0008, fl. 60v.

Pensámos serem pouco vulgares, em Penafiel, estes instrumentos legais em que se formalizam sociedades no seio familiar. Porém, o que mais ressalta do documento é a posição de preponderância com que a mãe (não sabia ler, escrever ou assinar) se impõe aos filhos adultos (até na designação da sociedade, ainda que também houvesse motivos fiscais) e a minudência do clausulado, sublinhando aspectos de controlo do capital, dos movimentos, mesmo da assiduidade ao trabalho dos filhos-sócios:

«1º. Todos os tres outorgantes formão desde já a dita sociedade por tempo de dez annos que já comeeçarão no dia dezanove do corrente mez, e hade findar em outro tal dia e mez de mil oitocentos e oitenta e quatro; 2º. Que o fundo social já existente e empregado no dito estabelecimento ou officina é o de um conto e oitocentos mil reis, sendo da primeira outorgante mais um conto e duzentos mil reis, e de cada um dos dous outorgantes filhos trezentos mil reis; 3º. Que ella outorgante mae só entra com o dito fundo, e cada um dos outorgantes filhos não só entra com o dito seu fundo ou capital, senão tambem com a sua industria e trabalho, por cuja razão a desigualdade dos fundos não produz desigualdade de lucros, os quaes por isso serão divididos em trez partes perfeitamente iguais, sendo cada huma d'ellas para cada hum d'elles, trez outorgantes socios; 4º. E que durante os ditos dez annos se não podera dissolver esta sociedade, e no cazo de qualquer dos socios querer retirar-se d'ella antes do dito tempo, não poderá levantar lucro algum, o qual em tal cazo reverterá a favor dos restantes dous socios; 5º. Que durante os mesmos dez annos não poderão elles outorgantes socios retirar quantia nem cousa alguma do dito seu negocio, tanto de capital como de lucros, ficando estes na sociedade para augmento do mesmo seu negocio, sendo apenas permittido que cada um d'elles trez socios possa retirar em cada anno a quantia de sessenta mil reis para suas despesas, as quaes serão devidamente lançadas no livro competente para lhe serem encontradas á dissolução da sociedade, ou no fim de cada anno por occasião do respectivo balanço, o qual se compromettem fazer annoalmente; 6º. Que assim como os lucros tem de ser divididos por igual entre elles socios na forma acima referida, assim tambem cada um fica responsavel pela terça parte das perdas, quando as haja; 7º. Que o segundo e terceiro outorgantes filhos se obrigão a não faltar ao trabalho da dita sua officina em dia algum a não ser por molestia ou por qualquer outra força maior, ou mesmo porque a boa direcção do estabelecimento obrigue a qualquer d'elles a fazer alguma digressão, quer para compras, quer para vendas do mesmo seu negocio, ou para qualquer outra necessidade d'este; e quando fóra destes cazos deixar de trabalhar na dita sua officina, ficará aquelle que assim o fizer, ou que tal falta commetter sujeito ao desconto de quinhentos reis por cada um dos dias que assim perder, sendo para tal effeito apontadas no respectivo livro as faltas commettidas; 8º. Que no cazo de fallecer algum d'elles outorgantes socios, ficarão seus herdeiros com o direito de reclamar a dissolução da sociedade com respeito a elles herdeiros, em cujo cazo se fará balanço para o effeito delles retirarem o capital e lucros que existirem, digo lucros que lhes respeitarem, ou responderem pelas perdas se estas se derem em lugar de lucros; 9º. Que esta sociedade gírará debaixo da firma de – Viuva Cunha & Filhos – e será gerida pelo socio Jose da Cunha Ferreira, o qual sempre firmará todas as actas, extractos e papeis da sociedade com aquella firma; 10º. Que a sociedade poderá admittir na officina a official ou officiaes que julgar necessarios sendo por conta d'ella não só os salarios que os mesmos vencerem, senão tambem todas as mais despesas indispensaveis para a boa direcção da mesma sociedade; 11º. Que todos os trez socios, e cada um d'elles in solidum se obrigam pelo fiel implemento do que aqui fica pactuado, e a responder perante a justiça d'esta cidade, pelo implemento de tudo, rennunciando para isso ao fóro a que venhão a pertencer quando se retirarem do actual antes do completo cumprimento das respectivas obrigações contrahidas; 12º. finalmente, Que á firmeza de tudo obrigão uns e outros suas pessoas e bens, e especialmente os fundos e lucros a que por esta sociedade ficão respectivamente tendo direito».

No final da escritura, duas notas mais esclarecem situações potencialmente controversas desta gestão familiar. A primeira diz respeito a Joaquim, que aqui dá quitação à mãe da sua parte na herança paterna, pelo «pagamento que lhe fizera, na maior parte em materia prima, e objectos fabricados no estabelecimento de caldeireiro, que existia á morte do dito pai, e com os quaes entrara para a sociedade de que aqui se tracta, no valor de trezentos mil reis, o nos restantes setenta e cinco mil reis em dinheiro decontado». A mãe realizou o pagamento, di-lo expressamente: «por desejar habilitar o mesmo dunatario filho a entrar na sociedade de que aqui se tracta». Em segundo lugar, procura cercear a independência de José, mesmo sendo o gerente, lembrando-lhe que:

«no fundo social de um conto e oitocentos mil reis acima declarados entra o valor que de commum acordo derão a todos os utensilios e ferramentas proprias da officina, e isto tanto se entende com referencia a officina que na caza da primeira outorgante existe, como com relação ao que o terceiro outorgante Jose da Cunha Ferreira tem em sua caza, pois ambos os estabelecimentos ficão comprehendidos no fundo social acima dado, e ambos ficão pertencendo á mesma sociedade».

Ao fazer esta sociedade, por dez anos, a viúva não contava que o filho ao qual dera preferência, Joaquim, tivesse vida tão curta. Ainda no ano do seu casamento nascera a primeira filha, Margarida (n. 1874/11/22, f. 1945/09/24, em Abragão, Penafiel), de que foi madrinha a tia do mesmo nome; de seguida veio José, breve finado (n. 1876/04/13, f. 1877/05/18), apadrinhado por José e Lucrecia, tios paternos; por fim Francisco (n. 1877/10/03), levado à pia pelo tio Francisco e por Joaquina Ferreira, avó paterna. Este reforço cruzado de laços, confirmado por Joaquim e a esposa apadrinharem um filho de José, transmite uma imagem de dinâmica familiar não dramaticamente conflituosa na vigência da referida sociedade<sup>42</sup>. Acontece porém que Joaquim adoeceu com tuberculose pulmonar, ficando muito debilitado, a ponto de não ter força para assinar o testamento, que dita ao tabelião, em sua casa, a 12 de Outubro de 1877, nomeando para testamenteira a esposa e indicando como queria ser sepultado e mais disposições por sua alma<sup>43</sup>. Finou-se a 16 de Outubro de 1877<sup>44</sup>, poucos dias após o nascimento do terceiro filho, Francisco, que, apesar desta adversidade, também se fez caldeireiro, como indica quando, aos 23 anos, casa (c. 1900/10/27) com Emília Ferreira de Sousa, natural de Baltar (Paredes), serviçal<sup>45</sup>, voltando a morar na rua Alfredo Pereira, onde nascem os filhos, não sabemos se na casa doada ao pai e que pertencera a Manuel da Cunha.

Lutadora, Joaquina Ferreira não desistirá desta teia familiar. A 26 de Agosto de 1877, alguns meses antes de Joaquim falecer, encontrando-se talvez incapaz para o trabalho, os três interessados dissolvem por comum acordo a anterior sociedade e, no ano seguinte, a viúva fará uma nova, sob a mesma firma – Viúva Cunha & Filhos, mas agora recorrendo à parceria com o último rapaz que mantinha em casa, Francisco. Este devia, até aí, ter colaborado com os irmãos e investido dinheiro ou trabalho, uma vez que os sócios acordam pagar-lhe 200\$000, sendo que: «ficou este passivo exclusivamente a cargo da outorgante mae, e do outorgante Joaquim da Cunha Ferreira em poder dos quaes o outorgante Jose da Cunha Ferreira deixou a parte com que correlativamente devia concorrer»<sup>46</sup>.

Na escritura da nova sociedade, que terá lugar no mesmo notário, a 28 de Maio de 1878<sup>47</sup>, a viúva de Manuel da Cunha começa por fazer um breve ponto da situação:

«officina de caldeireiro que tem nas lojas da sua caza e dita rua d'Ajuda, e á muitos annos ahi estabelecido e dirigido já por ella outorgante e seu finado marido Manoel da Cunha, já por ella só depois do fallecimento d'elle, e por alguns annos por ella e seus filhos Jose, e Joaquim com quem teve sociedade que girou sob a forma de – Viuva Cunha & F<sup>os</sup> – e que se dissolveu por escriptura».

Com o filho Francisco, consigo residente, estabelece a nova sociedade, regida por cláusulas algo semelhantes às da anterior, mas que denotam um menor peso do sócio-trabalhador, em posição

---

42 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0032, fl. 50; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0034, fl. 19-19v. e PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0040, fl. 9v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0035, fl. 43.

43 PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/001/0749, fl. 10v.

44 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0040, fl. 19v.

45 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-002-0059, fl. 26-26v. Os quatro filhos que identificámos, nascidos entre 1901 e 1910, todos casaram fora de Penafiel e faleceram no Porto (3) e em Matosinhos (1).

46 PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/001/0 748, fl. 114-114v

47 PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/001/0749, fl. 148-149

não comparável à de José, o qual detinha o cargo de gerente e instalações próprias:

«1ª. Que esta sociedade será por tempo de quatro annos a principiar da data desta escriptura, e a findar em egual dia do anno de mil oitocentos e oitenta e dous, e girará sob a firma social de – Viuva Cunha & Fº – e nos baixos da casa em que ella primeira outorgante habita, e suas dependencias, como ate agora; 2ª. Que ella primeira outorgante mae entra para a sociedade com os fundos de um conto e quinhentos mil reis, sendo um conto e quatrocentos mil reis valor das ferramentas e mais utensilios proprios do estabelecimento, em objectos já manufacturados de cobre, metal amarello, e alguns de chapa de ferro, e em materia prima, e cem mil reis que ao estabelecimento devem Antonio Custodio Gravielho, caldeireiro, de Gradissimo Comarca de Mirandella, e outras dividas pequenas que constam dos respectivos assentos no livro de contas correntes; e elle segundo outorgante filho entra com cem mil reis em objectos tambem manufacturados, e em metaes, e com a quantia de quatrocentos mil reis em dinheiro sonante e corrente, que neste acto aqui apresentou, e contou perante a outorgante mae, testemunhas, e de mim tabellião, verificando-se estar certa, e em seguida o mesmo outorgante entregou a sua mae, que d’ella tomou conta para ser applicada e empregada no estabelecimento á medida que for precisa; 3ª. Que a outorgante mae entra tão somente com os fundos supra declarados, e elle filho allem dos fundos com que entra, tambem concorrerá com o seu trabalho, e por isso posto que haja desigualdade de fundos não a haverá nos lucros, os quaes serão devididos em duas partes perfeitamente eguaes entre ambos os socios; 4ª. Que esta sociedade não poderá dissolver-se durante os quatro annos, salvo caso de força maior ou mutuo consenso d’elles outorgantes, e a não ser em alguma d’estas hypotheses, o que d’elles socios se retirar da sociedade não terá direito algum aos lucros da mesma; 5ª. Que durante os quatro annos da sociedade nenhum d’elles outorgantes poderá retirar cousa alguma quer dos fundos, quer dos lucros, pois que estes continuarão sempre a girar na sociedade e em augmento d’ella, e sómente será permittido a cada socio retirar em cada anno a quantia de cem mil reis para suas despesas particulares, cuja quantia será devidamente lançada em conta a cada um no livro competente para lhe serem encontradas á dissolução da sociedade, ou no fim de cada anno por occasião do respectivo balanço, que terá lugar sempre todos os annos, e a que desde já se compromettem fazer; 6ª. Que assim como ficam pertencendo os lucros que haja em uma perfeta metade para cada socio, tambem cada um fica responsavel por metade das perdas quando as haja; 7ª. Que o segundo outorgante filho não poderá faltar ao trabalho em dia algum, salvo por doença ou força maior, ou quando seja preciso fazer qualquer digressão em proveio da sociedade, como por exemplo compras ou vendas, ou por qualquer necessidade do estabelecimento; e quando assim o não cumpra ficará sujeito ao desconto de quinhentos reis diarios, sendo para isso apontadas as suas faltas no livro de contas correntes».

A sociedade poderia admitir empregados ou aprendizes, obrigava os dois sócios por igual e ficaria automaticamente dissolvida caso um deles percesse. A mãe reservava para si o direito de cobrar dívidas antigas, excepto as especificamente mencionadas, e de guardar o respectivo livro de registo; em contrapartida, responsabilizava-se pelo passivo, incluindo a sua parte da dívida a este filho contraída pela anterior sociedade, que saldava em objectos manufacturados e matéria-prima existente na oficina. Mais, seria ela a gerente, embora competisse a Francisco a escrituração. Foi testemunha Francisco José d’Oliveira, o fiel oficial de caldeireiro.

Ignorámos se a sociedade seria renovada no final do tempo previsto, dúvida suscitada pelo facto de no *Mappa dos estabelecimentos insalubres, incomodos e perigosos*, levantado em 1883 e enviado ao Governo Civil do Porto, se elencar como incómodas as oficinas de caldeireiro de José da Costa [sic] Ferreira, Francisco José de Oliveira, que não nos consta ter estabelecimento próprio, e o de Joaquim Ferreira da Cunha (a viuva), todos na rua da Ajuda/A. Pereira<sup>48</sup>. Certo é que Francisco ficou solteiro até 1886, a residir e trabalhar na rua da Ajuda, sendo a avó madrinha da primeira filha. Como Manuel da Cunha (f. 1872/11/16), também Joaquina Ferreira, proprietária, faleceu na sua casa da rua Alfredo Pereira n° 142, completados quinze lustros, corria o ano de 1890<sup>49</sup>.

## **A SEGUNDA GERAÇÃO: JOSÉ DA CUNHA FERREIRA E FRANCISCO FERREIRA DA CUNHA**

Vimos no ponto anterior que José ainda nasceu (1841) na terra natal dos progenitores,

48 PT-ADPRT-AC-GCPRT, mç. 3078.

49 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0053, fl. 23.

Rebordosa (Paredes), pouco antes de se mudarem para Penafiel. Aqui cresceu, foi à escola e aprendeu a arte do pai, com quem trabalharia até ficar, ao menos parcialmente, independente.

Esta autonomia controlada sucederia já depois de casado (1863) e pai de filhos, na viragem para a década de 1870, uma vez que nesse ano surge recenseado como eleitor, com a nota de que pagava décima pela indústria (1\$140), sem referência à posse de prédios (Quadro 4). Por outro lado, a escritura de 1874 informa-nos acerca da existência de dois locais separados onde se trabalhava, sendo um *a officina que na caza da primeira outorgante* [Joaquina Ferreira] existe e outro onde estava o equipamento que *Jose da Cunha Ferreira tem em sua caza, pois ambos os estabelecimentos* integrariam solidariamente a sociedade. Testemunho preservado desta oficina de José da Cunha, localizada na rua Alfredo Pereira n<sup>os</sup> 23-27, é uma placa de madeira por muitos anos exposta no estabelecimento, que ostenta, pintada, a data *23 de Maio de 1873* (Fig. 4.2). Por outro lado, o seu neto Joaquim Pereira da Cunha colocou nos recibos, impressos em meados do século XX, a indicação: *Casa fundada em 1871* (Fig. 13.2). A última data remete para o desdobramento da oficina original ainda em vida de Manuel da Cunha, enquanto a de 1873 leva-nos a um momento em que já se teria verificado o falecimento do patriarca, seguido de inventário e partilhas da viúva com os filhos casados, como esta esclarece no testamento.

Apesar de existirem duas oficinas, a família manteve-se solidária no negócio entre 1874 e 1877 através da sociedade encabeçada pela mãe, Joaquina Ferreira, e gerida pelo filho José da Cunha. Mas logo que é dissolvida, por motivo da doença do terceiro sócio, o irmão Joaquim, ter-se-ia concretizado a definitiva separação, não participando José na segunda sociedade protagonizada pela mãe, mostrou mesmo o cuidado de, aquando da dissolução da anterior, deixar liquidado todo o passivo que lhe correspondia.

José e Lucrécia Leopoldina tiveram pelo menos dez filhos, dos quais apenas um faleceu na infância. Sendo todos alfabetizados, a maioria, dos dois géneros, aprendeu o ofício de caldeireiro e exerceu-o em Penafiel, tendo alguns, posteriormente, migrado para centros onde as oportunidades do mercado superavam a oferta devido à carência de profissionais, desencadeando a diáspora que a quarta geração ampliou. Desde o final de Oitocentos que os da terceira geração não se auto-designavam caldeireiros, preferiam *fabricantes de objectos de cobre* ou *industriais*, para se diferenciarem dos desqualificados caldeireiros ambulantes.

O primogénito, Rodrigo, nasceu em 1867 (n. 1867/04/15), na rua da Ajuda; dois anos e meio volvidos vê a luz Manuel (n. 1869/12/16), sendo o padrinho, por procuração, Manuel da Silva, residente em Rossas (Vieira do Minho), terra de caldeireiros; quase três mais e vem Gertrudes (n. 1872/10/8); todos se tornariam caldeireiros<sup>50</sup>. O quarto filho, Joaquim (n. 1875/03/03), nascido na vigência da primeira sociedade, foi apadrinhado pelo tio-sócio homónimo e sua mulher<sup>51</sup>. Escapou à oficina e fez-se escrivão notário, permanecendo solteiro e a morar na casa paterna. Aí estava quando, em 1909, serve de testemunha ao casamento da irmã Emília e apadrinha a primeira filha do novo casal.

Seguem-se duas raparigas, Maria (n. 1878/05/06, f. 1953/05/26) e Marcelina (n. 1880/10/13, f. 1969/03/12), solteiras, sendo que pelo menos esta exerceu na oficina paterna, juntamente com Gertrudes<sup>52</sup>. António faleceu na infância (n. 1882/05/30, f. 1887/06/04); depois dele nasce Emília (n. 1884/02/08), que aos 25 anos casa (c. 1909/02/17) com Bento Gonçalo Pereira, negociante, natural de Roriz (Barcelos), morador da Praça Municipal, progenitores de Joaquim Pereira da Cunha, futuro herdeiro desta oficina iniciada por José da Cunha<sup>53</sup>. Desaparecido António, à criança nascida em 1888 (n.1888/07/19) é atribuído o mesmo nome, sendo padrinhos

50 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0025, fl. 18; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0027, fl. 50v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0030, fl. 40v.

51 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0033, fl. 11-11v.

52 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0036, fl. 17v.; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0038, fl. 49v-50.

53 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0040, fl. 35v e PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0050, fl. 13; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0042, fl. 8v e PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-002-0068, n<sup>o</sup> 4.

os irmãos mais velhos, Rodrigo e Gertrudes<sup>54</sup>. Tanto quanto a memória recorda, completa esta progenitura Miquelina, a *tia Quinhas*, dedicada à vida religiosa e assistencial, que serviu e faleceu no Asilo (hoje Fundação) Francisco António Meireles, associação constituída na capital, em 1908, com instalações em Torre de Moncorvo<sup>55</sup>.

O percurso desta família nuclear, de prole numerosa como a dos pais, parece igualmente marcado por vincada subordinação dos seus membros ao negócio que sustentava o agregado, o fabrico e comercialização de produtos de caldeiraria. Menos atingido por falecimentos precoces, José da Cunha disporia de uma força de trabalho significativa, já que os três filhos a quem ensinou a arte – Rodrigo, Manuel e António, com cerca de vinte anos de diferença de idade, se mantiveram na oficina paterna, mesmo depois de casados, praticamente até ao falecimento do progenitor. Acresce o contributo feminino, efectivo já que de Gertrudes e Marcelina se sabe terem ficado solteiras e ocuparem o seu tempo, alternadamente, na oficina e na lide doméstica. Deste grupo familiar chegou até nós uma fotografia, executada por profissional, que datará dos últimos anos de vida de José da Cunha (Fig. 3.4). Embora bastante deteriorada e com perda de informação, vemos ao centro, sentado, o chefe da família, com aspecto envelhecido, dando a direita à esposa, Lucrecia Leopoldina, e a esquerda ao filho Manuel. Em pé, atrás do sogro e de Manuel, com a mão no seu ombro, está a consorte Augusta, ladeada por três cunhadas (Gertrudes, por trás dos pais, dada a sua proeminência na família?) e mais um elemento masculino, apenas reconhecível por vestir calças. Todos se apresentam arranjados e em traje domingueiro, com discretos adornos.

**Quadro 5 - Caldeireiros em Penafiel**  
1936 - 1973

Nome	Prof.	1936	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1973	Freguesia
Gertrudes da Cunha Ferreira	industrial / proprietária	62 solt.	68 solt.	70 solt.	72 solt.	77 cas. [sic]	81 viúva (proprietária)	—	—	—	Penafiel, rua Alfredo Pereira
Manuel da Cunha Ferreira	industrial	64 cas.	70 cas.	72 cas.	77 cas.	—	—	—	—	—	Penafiel, rua Serpa Pinto
Rodrigo da Cunha Ferreira	industrial	67 cas.	72 cas.	72 cas.	74 cas.	—	—	—	—	—	Penafiel, rua Serpa Pinto
Vitorino Ferreira da Cunha	industrial	43 cas.	48 cas.	51 cas.	56 cas.	60 cas.	62 cas.	67 cas.	72 cas.	75 cas.	Penafiel, rua Serpa Pinto
Joaquim Pereira da Cunha	comerciante	—	—	—	—	39 cas.	45 cas.	49 cas.	54 cas.	57 cas.	rua Alfredo Pereira
Joaquim da Silva	caldeireiro / carpinteiro	—	—	—	—	31 cas.	36 cas.	41 cas. (carpinteiro)	46 cas. (carpinteiro)	49 cas. (carpinteiro)	Penafiel, Av. Zeferino de Oliveira / Sameiro
José Carvalho de Macedo	caldeireiro	—	—	—	—	26 cas.	31 cas.	36 cas.	40 cas. rua Alf. Pereira	43 cas. rua Alf. Pereira	Penafiel, Louredo , depois na rua Alfredo Pereira

**Fonte:** AMPNF - 1672, 1676, 1681, 1685, 1690, 1695, 1698, 1702, 1705 *Livro[s] de recenseamento eleitoral - eleições para as Juntas de Freguesia*, 1936,1940, 1945,1950, 1955, 1960, 1965, 1970, 1973 (respectivamente).

Por 1910, desaparecido José e provavelmente feitas as partilhas dos herdeiros que se autonomizaram, a situação altera-se, com um desfecho *sui generis*: os três filhos caldeireiros vão-se estabelecendo em novas unidades, um em Penafiel, os outros em diferentes municípios, e a antiga oficina será liderada pela viúva e filhas solteiras. Na década de 1930, documentámos Gertrudes à frente da empresa, vendo-se recenseada para fins eleitorais como industrial, de 1936 ao final da década de 1950; em 1960, com 81 anos, foi classificada como proprietária (Quadro 5). Uma factura, do início deste período, identifica a firma:

54 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0046 fl. 48.  
 55 PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/14391.

*Antiga Casa de Caldeireiro de José da Cunha Ferreira & Filho, Sucessor* (Fig. 4.3).

De Francisco Ferreira da Cunha (n. 1855) (Fig. 5.2), irmão mais novo de José, já adiantámos ter-se familiarizado com o trabalho de caldeireiro na antiga oficina do pai, a qual, pela sociedade de 1874, ficara ao cuidado do irmão Joaquim. Falecido este a curto prazo, foi com Francisco que a viúva formou a nova sociedade, em 1878, bem mais durável.

Residiria ainda com a mãe, na rua da Ajuda, no edifício onde ficava a oficina, quando, aos 32 anos (c. 1886/07/07), casa com Guiomar de Sousa da Costa, de 26, natural de Duas Igrejas (Penafiel) mas residente na cidade, rua do Carmo<sup>56</sup>. A primeira filha surgiu ao fim de poucos meses (n. 1886/10/14) e foi apadrinhada pela avó Joaquina; seguiu-se Vitorino (n. 1890/01/22), futuro caldeireiro e herdeiro da loja; a rematar, Joaquim (n. 1899/12/08)<sup>57</sup>.

Se atendermos aos cadernos de recenseamento eleitoral (Quadro 5), constatamos que Francisco figura desde bastante novo, em 1879, com 24 anos, logo que formada a sociedade com a mãe, com quem coabitava. Pagou uma contribuição sempre superior à do seu irmão José (Quadro 6). Nesta oficina, com ele laborava o oficial do tempo do seu pai, Francisco José d'Oliveira, também recenseado entre 1879 e 1894, ano do falecimento. Deixamos a hipótese de com eles ter aprendido a arte Francisco Joaquim da Cunha Mendes, órfão do irmão Joaquim e afilhado de Francisco, que residia na rua Serpa Pinto quando casou, em 1900, ainda que os filhos venham a nascer (1901-1910) na rua Alfredo Pereira. É um dos três caldeireiros penafidelenses elencados no *Almanaque Comercial e Industrial do Porto para 1925* (*Almanaque*, 1925: 49), ao lado de Francisco Ferreira da Cunha e Rodrigo da Cunha Ferreira. Terminaria a vida profissional como funcionário da CP, falecendo aos 80 anos (1958/05/04).

**Quadro 6 - Oficinas de Caldeireiro em Penafiel**  
1946 - 1953

nome	freguesia	contribuição industrial Grupo C - caldeireiro com estabelecimento rendimento tributável							
		1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
Gertrudes da Cunha Ferreira Magalhães	Penafiel	6.000\$00	6.000\$00	—	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00
Rodrigo da Cunha Ferreira	Penafiel	3.200\$00	3.200\$00	—	3.200\$00	3.200\$00	3.200\$00	3.500\$00	3.000\$00
	(venda em feiras e mercados, sem lugar marcado)	450\$00	600\$00	—	600\$00	600\$00	600\$00	600\$00	300\$00
Vitorino Ferreira da Cunha	Penafiel	3.200\$00	3.200\$00	—	3.200\$00	3.200\$00	3.200\$00	3.500\$00	4.000\$00
Joaquim Ferreira da Silva	Bustelo	—	—	800\$00	—	—	—	—	—
Manuel Nunes de Sousa	Bustelo	—	—	800\$00	—	—	—	—	—

**Fonte:** Distrito do Porto: concelho de Penafiel: *Livro(s) de actas a que se refere o artigo 6º do Decreto nº 24.916*.

Falecida Joaquina em 1890, este filho deixaria a casa paterna (vendida? atribuída a outro herdeiro nas partilhas?), mudando-se para a rua Serpa Pinto<sup>58</sup>, onde montará estabelecimento próprio (Fig. 5.3), como recorda aos clientes através de anúncio no jornal *O Penafidelense*, de 17 de

56 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-002-0045, fl. 23-23v.

57 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0044, fl. 63v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0048, fl. 52; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0057, fl. 80.

58 Nos citados cadernos de recenseamento, Francisco foi, de 1894 a 1923, inscrito como caldeireiro, morador na rua Serpa Pinto, situando-se a nova oficina junto ao Cantinho, actual rua Joaquim Cotta, nºs 68-70.

Julho de 1894, no qual se credencia através da ligação à oficina anterior:

Antiga Officina de Caldeireiro. Francisco Ferreira da Cunha, socio da firma Viuva Cunha & Filho Francisco Ferreira da Cunha, com officina de caldeireiro na rua de – Ajuda – (hoje Alfredo Pereira) declara que mora, desde 1891, na rua Nova (hoje Serpa Pinto) n.ºs 58 a 60, onde recebe as ordens dos seus amigos e freguezes da antiga officina de seus paes».

Limitando-nos à actividade de caldeireiro, em suma, a segunda geração começou por manter as duas oficinas que vinham de Manuel da Cunha, situação que parece ter-se alterado apenas depois do falecimento da viúva Joaquina Ferreira, no final de 1890, e subseqüentes partilhas, quando deixamos de ter notícia da unidade existente nos baixos da casa onde esta vivia. Em contrapartida, o filho Francisco, que a chefiara, muda-se para nova oficina. A outra, liderada por José da Cunha, permanece na sua linhagem, congregando o trabalho de vários filhos/as.

As três últimas décadas do século devem ter sido, porém, desafiantes, mesmo exigentes quanto à adaptação da profissão, que em muitos dos seus artefactos tradicionais sofria a crescente concorrência resultante da produção industrial e da vulgarização de materiais mais económicos ou práticos como o ferro fundido ou esmaltado, a folha de flandres e zincada, etc. Mas nem tudo foram contrariedades, pois uma nova gama de máquinas iria ocupar os caldeireiros, tornando-se mesmo preponderante em muitas oficinas desde os anos 1890. Referimo-nos aos pulverizadores, indispensáveis para o combate a doenças da videira (e batateira, tomateiro, etc.), em particular o míldio, que se tornou quase omnipresente, obrigando a sucessivos tratamentos com caldas cúpricas<sup>59</sup>. Entre a publicidade a estas máquinas enviada para os jornais locais, destacamos um anúncio em *O Penafidense*, de 6 de Fevereiro de 1894 (Fig. 3.2), avalizado pelo *constructor-inventor do pulverizador VELOZ*:

«Pulverizador de novo systema VELOZ

Excede em commodidade, ligeireza e precisão a todos os outros até hoje conhecidos. Effectua a pulverisação de bardos, arvores e ramadas por mais elevadas que sejam, sem auxilio de escada. Colocado no chão, apenas com um insignificante impulso de 10 em 10 minutos, os seus jactos attingem 10, 15 e 20 metros de altura, applicando-se para este fim tantos tubos leves e de pequena espessura, quantos forem relativamente necessarios. Garante-se a perfeição e solidez da construcção. Os pedidos e as encommendas devem ser feitas á antiga officina de caldeireiro de José da Cunha Ferreira».

## **A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS E A DISSEMINAÇÃO DOS CUNHA CALDEIREIROS**

Retomando o percurso dos dois ramos da família que dispunham de estabelecimentos de caldeiraria à entrada do século XX, podemos discernir situações bem diferenciadas, já que os descendentes de José da Cunha habilitados para o ofício eram vários, enquanto Francisco teve uma prole menos numerosa. Para simplificar, começemos por este, que, na parte final da vida (f. 1934/08/31), trabalhou na rua Joaquim Cotta com o filho Vitorino (n.1890), segundo a família o único varão em idade adulta. Este casou (c. 1923/05/25) com Florinda Máxima de Almeida Ribas, de 24 anos, natural de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), no mesmo ano em que é recenseado como eleitor, ainda a par do pai, sexagenário, o qual, em 1936, já não figura (Quadro 4 e 5). Vitorino continuará a sê-lo até ao último livro, de 1973, sempre a residir na rua Serpa Pinto/J. Cotta, embora, desde 1936, passe de caldeireiro à categoria de industrial, aliás como os seus primos. Faleceu em

---

<sup>59</sup> O *Jornal de Penafiel*, de 27/06/1899, dedica a rubrica Secção Agrícola à preparação destas caldas, ensinando qual a composição mais adequada para diferentes situações.

1977<sup>60</sup>. Na publicidade, manteve a referência ao fundador, como podemos ver num documento da década de 1940 (Fig. 6), onde elenca as competências e préstimos do estabelecimento para o público:

«Antiga oficina de caldeiro de Francisco Ferreira da Cunha, Suc<sup>or</sup>, 68, Rua Serpa Pinto, 70 (próximo ao Cantinho) Penafiel.

Neste estabelecimento fabricam-se alambiques de tódos os sistemas, assim como pulverizadores, braseiras, escalfetas, torneiras de bronze, certãs de cobre e ferro. Também se acha à venda borracha e acessórios para pulverização, chapa de cobre e todos os artigos pertencentes a esta arte».

Do seu casamento houve quatro descendentes: Francisco Ribas da Cunha (n. 1924/02/21 Penafiel, f. 2009/08/26 Peroselo), casado com Ana Ferreira Borges (n. 1919/08/17 Peroselo), o último caldeireiro de forja nesta oficina, que ainda fabricou alambiques, pulverizadores, cântaros, regadores, etc. além de soldar e consertar o que a clientela solicitava; Maria Zélia Ferreira da Cunha Ribas (n. 1927/02/11, f.1983/06/26), casada com o primo que herdaria a caldeiraria da rua Alfredo Pereira; Maria Fernanda (n. 1929/10), casada no Porto; Fernando Augusto (n. 1932/11/01, f. 2013/03/30), empregado de escritório na empresa Albano & Miguel (Penafiel). Desactivada a oficina (não preservada), a componente comercial continuou até 2014, competindo a um jovem aprendiz algumas tarefas de reparação, sobretudo das frágeis canas dos pulverizadores (Fig. 7).

Como indicado no ponto anterior, a descendência de José da Cunha Ferreira foi bem mais numerosa e com vários elementos a exercer a arte, excessivos considerando o que o mercado penafidense e respectiva área de influência suportariam. Assim, alguns viram-se na necessidade de partir. O primeiro a fazê-lo foi o filho segundo, Manuel, que vimos na fotografia ao lado do pai. Casou em Penafiel (c. 1894/05/03) com Augusta Maria da Silva, 21 anos, natural e a residir na rua Direita<sup>61</sup> (Fig. 8.1) e nesta cidade nasceram pelo menos seis dos seus filhos<sup>62</sup>. Em 1910 já se encontrava estabelecido em Braga, na rua do Conselheiro Januário nº 6, por baixo da igreja de S. Vítor, como pudemos observar numa fotografia muito delida, em que a custo se percebe a fachada da oficina, com uma grande variedade de artefactos de cobre pendurados no exterior (braseiras, caçarolas, sertãs) e diante dela um alambique de coluna armado, recém-feito, sobre cuja asa se apoia, orgulhosamente, ladeado pelos jovens filhos – Francisco, José e João – todos futuros caldeireiros. Há também um volumoso livro/diário de encomendas e notas, iniciado em Julho de 1910 e terminado em 1932, relíquias de família<sup>63</sup>. O detentor chamou-nos a atenção para um interessante apontamento, de Julho de 1916, que mostra a ligação com a casa de origem, em Penafiel:

«Ferramenta que foi para casa de minha Mãe

1 - planca grande quadrada

1 - dicta redonda d'aço

4 - martellos

1 - dicto de bojo das chiculadeiras

60 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0048, fl. 52.

61 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-002-0053, fl. 16-16v.

62 Francisco (n. 1895/08/21, f. 1971/02/15 em Braga); Melquíades (n. 1897/08/27, f. 1977/03/12, no Porto); José (n. 1899/02/01, f. 1983/05/23, em Caminha); António (n. 1900/07/31); João (n. 1903/07/07, f. 1973/01/16, em Barcelos); Maria (n. 1905/03/6). Respectivamente PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0053, fl. 47; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0055, fl. 61v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0057, fl. 19v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0058, fl. 56; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0061, fl. 58; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0063, fl. 23. Não temos informação documental relativa a Antónia.

63 Agradecemos encarecidamente a João Manuel Figueiredo da Cunha Ferreira, que no seu estabelecimento – *Cobres Cunha*, em Barcelos, nos deu acesso a documentação e imagens, pacientemente transmitiu informação sobre a família e explicações relativas à profissão. Os lapsos são, evidentemente, responsabilidade da autora.

4 - presilhas	1 - bigorna de forja
1- incontrador grande	1 - regrete
1 - ferro de canais	2 - istufos
1 - istaca	tudo isto inprestado»

Trata-se de ferramenta básica para qualquer caldeireiro, que poderia ter ficado em falta se, por estas datas, também Rodrigo, o irmão mais velho, estivesse a montar o seu próprio estabelecimento, na rua Serpa Pinto/J. Cotta, levando material da unidade original.

Manuel está ausente dos recenseamentos eleitorais penafidelenses anteriores ao Estado Novo que consultámos, pois continuaria em Braga. Em 1922, um periódico bracarense publica o anúncio: «Antiga Oficina de Caldeireiro. Proprietários: Manuel da Cunha Ferreira & Filho. Fabrica, vende e conserta alambiques e pulverizadores de todos os sistemas, tanto antigos como modernos. Encarrega-se de toda a obra pertencente à sua arte de caldeireiro. Garantia no trabalho, solidez e construção sem rival, por preços modicos». O filho Francisco também montou oficina, no largo do Carmo, assim como João, um dos netos, filho do anterior, que a teve na rua da Cónega (Fig. 8.2).

Provida a clientela bracarense de cobres pelo descendente mais velho de Manuel e, bem mais importante, servida a lavoura de alambiques e dos indispensáveis pulverizadores, o filho seguinte rumou a Norte, tendo casado em Caminha (c. 1921/08/27) com Maria dos Anjos Araújo, de que teve duas filhas. Na memória familiar, este era o mais *artista* dos caldeireiros Cunha, pois além das peças tradicionais criou esmerados cobres para decoração (jarras, cachepot, caravela, etc.), apreciados pelos turistas (espanhóis) e pela clientela urbana. De Caminha saíram oficiais formados para os quadros da Tapiol, de O. de Azeméis (Fig.8.3).

João, o rapaz mais novo, casou em Braga (c. 1928/07/05) com Albertina da Costa Palha, 20 anos, natural de S. Vítor (Braga). Foi ao Brasil, de onde regressou em 1932 para se fixar em Barcelos, outro promissor mercado para alambiques e pulverizadores, além do mais. Fundou então, na rua da Madalena nº 8, a empresa familiar *Caldeiraria Cunha*, depois *Cobres Cunha* (Fig. 9.3). Aí nasceram dois filhos: Luís, que trabalhou com o progenitor até aos 19 anos emigrar para o Brasil, onde faleceria, e José Fernando da Cunha Ferreira, colaborador do pai e herdeiro da mesma oficina, hoje ao cuidado da terceira geração, João Manuel Figueiredo [da Cunha] Ferreira, provavelmente o último caldeireiro barcelense (Fig. 9.1). Também aqui se criaram e produziram, cada vez mais, cobres decorativos – *artísticos, rústicos e estanhados, artesanato* (ACIB, 2005: 34-35), cuja comercialização justificou a abertura nos meses de Verão de uma filial/ponto de venda nas Marinhas (Esposende) à margem da turística estrada Viana do Castelo-Porto (N13). Manuel, na base desta derivação familiar para o Minho, deixou de trabalhar na década de 1930, falecendo na cidade de Braga, aos 78 anos (f. 1947/03/24)<sup>64</sup>. Assim sendo, surpreende que desde 1936 figure no recenseamento eleitoral de Penafiel, com a classificação de industrial, a residir na rua Serpa Pinto (Quadro 5), enigma pendente.

Nesta série documental, Rodrigo, o filho mais velho de José da Cunha, está inscrito, no ano de 1901, como casado e a residir em S. Bartolomeu, onde também morava a sua madrinha e tia paterna Maria. Contudo, nos primeiros cinco registos dos filhos diz-se morador na rua Alfredo Pereira (nº 114, em 1910). Em 1917, Fernando já nasce na rua Serpa Pinto/J. Cotta, onde o pai abriu a nova oficina, com os nºs 13-17, activa até à década de 1990, quando foi encerrada mas não desmontada, pelo que em 2021 nos permitiram visionar o que restava da área de laboração, com as respectivas estruturas, mobiliário e ferramenta<sup>65</sup> (Fig. 10).

Como filhos de Rodrigo e Joaquina Angélica Vieira (c. 1895/11/03), encontrámos José (n.

<sup>64</sup> O *Barcelense*, Barcelos, 29 de Março de 1947.

<sup>65</sup> Agradecemos, ao actual proprietário, a autorização para registar as estruturas técnicas e a ferramenta que se preservavam, bem como o acesso à documentação remanescente.

1897/02/27) que foi carteiro e, ao menos após ficar viúvo (1950), residiu na rua Serpa Pinto, onde faleceu em 1980<sup>66</sup>. Seguiu-se Joaquim (n. 1900/01/30, f. 1995/12/15)<sup>67</sup>, futuro caldeireiro, recenseado em 1923 como industrial e morador da rua Serpa Pinto. Também saiu de Penafiel em busca de nova clientela, desta vez para o interior do distrito. Casou (1928) no Marco de Canaveses, com Felisbela de Sousa Carneiro, e nesse concelho ergueu a nova oficina *do Juncal* (Encambalados, Paredes de Viadores), pouco distante da estação da linha do Douro, ficando assim com acesso privilegiado a importantes áreas vitícolas. Num cartão de propaganda lemos: «Estabelecimento e oficina de caldeireiro Joaquim da Cunha Ferreira. Fabricante de alambiques modernos de todos os sistemas, de pulverizadores, acessórios para os mesmos, cilindros e serpentinas para fogões, brazeiras e todos os trabalhos de cobre» (Fig. 12.1). Foi continuada, até ao século XXI, pelo filho Álvaro Carneiro da Cunha, ainda nascido em Penafiel, o qual não só manteve a unidade do Juncal, como tinha uma sucursal para vendas em Casais Novos (Recezinhos), no entroncamento da CM1285 para o Marco de Canaveses com a N15 Porto-Amarante<sup>68</sup>.

Vieram depois quatro filhas – Maria (n. 1902/11/11), Ermelinda (n. 1906/09/15, f. 1986/02/04), Cecília (n. 1910/01/02, f. 1992/01/08)<sup>69</sup> e Irene (n. 1912/06/04, f. 1988/12/16), duas (ou três) das quais, como as tias, ficaram solteiras e trabalhavam na oficina a obra de caldeiraria. Fernando, dissemos antes, nasceu (n. 1917/09/01) quando a família já residiria no edifício do estabelecimento e trabalhou desde sempre com o pai. Como se constata em alguma correspondência, cabia-lhe também deslocar-se às feiras da região para contactar os fregueses e cativar outros, agenciamento que onerava o pai com um complemento de tributação em sede do contribuição industrial (Quadro 6). Formaram, em meados da década de 1930, a firma *Oficina de Caldeireiro de Rodrigo da Cunha Ferreira & Filho*, que anunciava o «Fabrico de alambiques de todos os sistemas. Fabrico de pulverizadores, consertos e venda de todos acessórios para os mesmos. Venda por preços sem confronto, de todos os artigos pertencentes á arte de Caldeireiro».

No início da década de 1950, ainda em vida de Rodrigo, o conteúdo do material de divulgação torna-se mais detalhado e no cabeçalho lê-se agora – *Casa dos Alambiques e Pulverizadores - Manufactura geral de caldeiraria*. Após o seu falecimento (1953), os filhos reformulam a sociedade para *Rodrigo da Cunha Ferreira, Herdeiros (Filhos)* e vão progressivamente deixando cair a referência à antiga caldeiraria, substituída por uma comunicação mais focada e *técnica*, incluindo a imagem dos dois principais produtos: «Casa dos Alambiques e Pulverizadores. Fabrico de alambiques de coluna ao lado, coluna ao alto com lentilha rectificadora, de coluna ao alto com refinador dentro da caldeira, de uma coluna com dobradiça, de duas colunas, etc. Cilindros e serpentinas para fogões. Fabrico de pulverizadores de pressão de ar (ar comprimido) Gaillot fixo e Gaillot móvel. Consertos e venda de todos os acessórios para os mesmos» (Fig.11).

Recordamos que, em Braga e Barcelos, os primos também seguiram esta via, como fica patente nas imagens da respectiva presença em exposições (Fig. 8.2 e 9.1), sendo que João da Cunha Ferreira teria mesmo desenvolvido uma adaptação própria do aparelho de destilação, apresentada como *Destilador Barcelos* (Fig. 9.2).

Dos filhos de José da Cunha Ferreira que levaram a sua arte para outras terras, falta-nos esboçar o percurso de António, também caldeireiro, que casa (c.1910/05/23)<sup>70</sup> em Bitarães (Paredes) com Rosa Maria Teixeira, de 16 anos, natural da freguesia, tendo aí aberto uma nova oficina, não sem que antes, em 1923, trabalhasse e fosse recenseado como industrial em Penafiel; faleceu em Bitarães, no ano de 1972. O filho, José Bento da Cunha Ferreira, expandiu esta teia familiar para Sul do Douro. Após a passagem pelas minas de volfrâmio de Alvarenga, onde fazia

66 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0055, fl. 18v.

67 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0058, fl. 9v.

68 Fabricava peças utilitárias e de adorno, consertava alambiques e pulverizadores. Distinguido no Prémio Nacional de Artesanato - artesanato tradicional, em 1993 e 1997, consta do roteiro do artesanato (D'Eça, 1997: 208).

69 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0060, fl. 82; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0064, fl. 75v; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0068, n.º 12.

70 PT-ADPRT-PRQ-PPRD06-002-0025, fl. 33v.

gasómetros (CAETANO, RODRIGUES, 2014: 54), em 1942 abriu uma *Oficina de Caldeireiro* em S. Martinho de Sardoura (Castelo de Paiva), em cujas facturas anuncia «Nesta oficina fabricam-se Pulverizadores de todos os sistemas e consertam-se os mesmos. Também se executam e consertam Alambiques de todos os sistemas. Esmerado fabrico de Gazómetros para minas, garantindo o bom acabamento e perfeição de todos os trabalhos pertencentes à sua arte» (Fig. 12.2). O documento, usado em 1945 a propósito de um pulverizador Gaillot, está dirigido ao primo Fernando (filho de Rodrigo) e menciona Vitorino, o outro primo com estabelecimento na mesma rua, confirmando que, apesar da concorrência, se mantinha espaço para a entreatajuda no seio desta extensa família de caldeireiros. Consta também que, em momentos de acumulação de produtos, o material seguia para Barcelos e era escoado no posto de venda das Marinhas (Esposende)

Sob a designação *Cunha, Cobre Artísticos Lda* (Cruz da Agra, Sardoura) marca presença na AGRIVAL, até 1988, e a ACAL –*Artesanato Cruz da Agra, Lda*, é mencionada nos catálogos na primeira metade da década de 1990. Em 1987, José Bento, com o filho Adelino Cunha, deixou aquela oficina/fábrica e fundou outra unidade industrial, *Cunha, Moreira & Mendes*, na mesma freguesia, que veio a especializar-se na construção de alambiques, exportados para o mundo (CAETANO, RODRIGUES, 2014: 54-57).

Por fim, regressamos à oficina da rua Alfredo Pereira nºs 23-27, ponto de partida para esta disseminação dos descendentes de José da Cunha. Aqui permaneceram a viúva, as filhas solteiras e os rapazes até ao momento de se lançarem à conquista de novas oportunidades, muitas vezes fixando-se próximo de clientes que já serviam através da venda em feiras e de deslocações ao domicílio. Dos anos 1930 há uma factura com propaganda à: «Antiga Casa de Caldeireiro de José da Cunha Ferreira & Filho Sucessor [...] Fabrica e vende alambiques de todos os sistemas tanto antigos como modernos, assim como todos os artigos correspondentes à arte de caldeireiro. Também fabrica, vende e conserta pulverizadores» (Fig. 3. 3).

Seria, talvez mais exacto dizer filhas, pois verificou-se, como dissemos, ter a oficina, de uma arte eminentemente masculina, ficado encabeçada pela filha Gertrudes da Cunha Ferreira, desde 1936 até quase ao seu falecimento recenseada para fins eleitorais como industrial. É também o nome que encontramos nas actas das reuniões para definição da contribuição industrial (1946-1953) sendo o seu rendimento tributável quase o dobro do estimado para os outros dois estabelecimentos, do primo Vitorino e do sobrinho Rodrigo (Quadro 6). Nos mesmos livros são mencionados, em 1948, dois caldeireiros da freguesia de Bustelo, Joaquim Ferreira da Silva e Manuel Nunes de Sousa, não inscritos nos recenseamentos eleitorais daquela freguesia com esta profissão. Introduzimo-los neste ponto porque na oficina liderada por Gertrudes há clara memória de trabalharem profissionais oriundos de Bustelo, mais do que uma geração (mais recentes seriam Álvaro e António), que passaram ao tempo do seu sucessor Joaquim Pereira da Cunha. Também foi no final da década de 1930 que trouxeram de Mancelos (Amarante) um muito jovem aprendiz, José Carvalho de Macedo. Formado no trabalho, chegou a possuir estabelecimento de caldeiraria em Penafiel, adiante mencionado. Gertrudes e a irmã Marcelina trabalhavam elas próprias na oficina.

Quando os anos começaram a pesar, e não havendo descendentes directos que renovassem a direcção da empresa e a força de trabalho, vemos esta unidade e o edifício em que se inseria passarem, em meados dos anos cinquenta (?), para Joaquim (n. 1914/12/01, f. 1976/05/11), filho da falecida irmã Emília e de Bento Gonçalo Pereira, negociante barcelense com casa na praça Municipal, alheio à arte. Joaquim Pereira da Cunha já foi recenseado em 1955 (até 1973) como casado e morador na rua Alfredo Pereira, com a profissão de comerciante; de facto o próprio apresenta-se como *caldeireiro e antiquario* (Fig.13). Apesar do segundo ramo de negócio se mostrar mais rentável, e possivelmente mais interessante, certo é que manteve a velha oficina a produzir o que os demais também ofereciam e a prestar os serviços requisitados, com destaque para alambiques e pulverizadores. Uma fotografia, datada de meados da década de sessenta, reúne na varanda desta casa, engalanada com colchas, certamente em dia de procissão do Corpo de Deus,

várias gerações de Cunha, desde a idosa tia Marcelina, a António e Rosa de Bitarães com a filha Esmeraldina, e ao proprietário Joaquim Pereira da Cunha, ao lado da esposa/prima Zélia, e seus filhos gémeos Inês e Luís, actual proprietário do edifício (Fig. 13.3).

Bem preservada no andar, esta casa está mais transformada ao nível do piso térreo, em parte espaço comercial com portas para a rua, rematado na escada para o sobrado, onde há um postigo que permitia vigiar discretamente o que se passava na loja. Para lá da escada, como ela acessível pelo longo corredor iniciado na porta nº 23, ficava verdadeiramente a oficina, prolongada no quintal com a área de forja, entretanto perturbada pela alteração do acesso que liga as traseiras do 1º piso ao quintal.

## **JOSÉ CARVALHO DE MACEDO E JOAQUIM FERNANDO MACEDO, OS ÚLTIMOS CALDEIREIROS**

Nascido a 6 de Maio de 1929, em Mancelos (Amarante), filho do sacristão da paróquia, José Carvalho de Macedo não frequentou a escola em criança. Aos 9 anos seria levado para Penafiel, tornando-se aprendiz na oficina de caldeireiro então de Gertrudes da Cunha Ferreira. Pode ter favorecido este encaminhamento o facto de uma sobrinha desta, filha da irmã Emília, haver casado, em 1936, com um proprietário daquela freguesia amarantina.

José permaneceu por 22 anos, de crescimento e aprendizagem à custa de muito trabalho, dormindo num pequeno quarto interior junto da oficina até casar. Segundo o testemunho prestado, em Dezembro de 1997, ao jornal escolar *Olho Vivo*<sup>71</sup>, a primeira coisa que ajudou a fazer, como aprendiz, foram pulverizadores e alambiques, assim como artesanato *miúdo*; de seguida passou para as painéis de três pés e as braseiras, mantendo as miudezas; ganhava 200\$00 por ano, além do sustento. Quando saiu, já casado com Alcina Freitas, a jorna era de 12\$50 e o patrão Joaquim Pereira da Cunha, herdeiro das suas tias (Fig. 14.1).

Foi recenseado para fins eleitorais desde meados da década de 1950, como residente no lugar de Louredo (Penafiel) e profissional de caldeiraria, ainda por conta de outrem (Quadro 5). Depois mudou-se para a rua Alfredo Pereira, pois a mulher tinha aí o tasco do *Arranjadinho*. A situação tornou-se mais estável a partir do momento em que se estabelece, após arrendar (virá a comprá-la) ao comerciante Manuel António Afonso a casa da rua Alfredo Pereira nºs 51-53, para a qual solicita à Câmara Municipal, em Junho de 1966, licença de «construção de um anexo na retaguarda da sua casa de habitação, de um só pavimento, e com as dimensões de 4x4, destinado a arrumos e casa de forno»<sup>72</sup>. Recebido o alvará, ergue o anexo no fundo do quintal, com acesso a partir de uma travessa do Quelho das Castanhas. Será o espaço da forja e para trabalhos mais *sujos* e ruidosos, enquanto do outro lado do quintal umas escadas davam para o rés-do-chão da habitação, com a área de loja e portas voltadas à rua Alfredo Pereira, sempre pejudicadas de cobres para publicidade ao negócio (Fig. 14.2 e 4).

Dos seus três filhos que chegaram à idade adulta, Rosa, a mais velha, lidava na loja; para Deolinda, a do meio, tinha o pai sonhado que, feita a 4ª classe, seguisse a arte, a exemplo das suas primeiras empregadoras, mas tal não aconteceu, dedicou-se à carreira de técnico auxiliar de saúde, embora desse uma ajuda e o acompanhasse em montagens no exterior, por exemplo de alambiques, *de Murça ao Algarve*; o mais novo, Joaquim Fernando Freitas Macedo, nascido em 1958, aprendeu o ofício com o pai, terminada a instrução primária, e permaneceu como seu colaborador (Fig. 14.3). Havia ainda um ajudante, Joaquim, que experimentou a profissão num período de férias escolares, aos doze anos, e ficou até optar pela emigração. A propósito de novos colaboradores, José Macedo expressou, em 1982, a seguinte opinião: «é um trabalho muito requerido e que dá bastante dinheiro,

71 Publicação da Escola Secundária de Penafiel; entrevista concedida aos professores Lucinda Leal e Ferreira Gomes (LEAL, GOMES, 1997: 1 e 8).

72 AMPNF - Processos de obras particulares, pasta 400-580, 1966, nº 436.

mas a que poucas pessoas se querem dedicar, pois além de sujo e árduo, exige muito tempo, neste caso mesmo parte dos fins de semana».

Esta loja de caldeireiro encerrou por 2005, estava o proprietário incapacitado por doença, falecendo passado dois anos. O filho Joaquim Fernando, apesar dos problemas de saúde, continuou com os consertos e pequenas obras, vindo a falecer em 2017. Hoje, existe o edifício onde funcionou, mas já não o equipamento de produção<sup>73</sup>.

Em 1967, participaram na *1ª Exposição de Artesanato Regional em Penafiel* os estabelecimentos de Joaquim Pereira da Cunha, José Carvalho de Macedo, Rodrigo da Cunha Ferreira Herdeiros e Vitorino Ferreira da Cunha. Nos anos oitenta, tempos áureos das *Exposições de Artesanato Concelhio* que integravam a Agrival - Feira Agrícola do Vale do Sousa, José Carvalho de Macedo e o filho, em conjunto, já eram os únicos que se mobilizavam para no certame representar a arte de *caldeiraria e cobres*, como se verifica pelo catálogo de 1983 (*Agrival*, 1983).

## OBSERVAÇÕES FINAIS

Esgotadas as páginas previstas, deixaremos para outra oportunidade a caracterização possível dos espaços de produção, dos meios técnicos e da obra realizada pelos caldeireiros penafidelenses, aspectos de que fomos recolhendo testemunhos materiais e imateriais. Nesta cidade, passados mais de 175 anos sobre a chegada de Manuel Cunha, já não existem profissionais no activo ou retirados da arte, nem oficinas/lojas como as pertencentes a membros da família *Cunha* que encontramos em Barcelos, seguindo a linha tradicional, e em Castelo de Paiva, com uma feição mais industrial.

Dirigimos, por isso, esta primeira abordagem à busca documental sobre a proveniência dos caldeireiros fixados em Penafiel, para questionar a sua origem, formação e cronologia de instalação, atendendo à possibilidade de uma proveniência estrangeira de artífices consumados, subjacente na memória familiar e que não seria invulgar em meados de Oitocentos, uma vez que caldeireiros especializados cruzaram toda a Europa. Mostrámos que a hipótese não se verifica para essa data, atendendo ao local de nascimento e ao facto dos ascendentes directos do pioneiro estarem, em meados do século XVIII, já sedeados no Vale do Sousa, situação que nos leva a preferir o Porto (ou outra cidade) como lugar de aprendizagem, enquadrada certamente ainda na organização dos mesteres característica do Antigo Regime, apenas abolida em 1834, o que não exclui totalmente uma eventual ligação a algum mestre estrangeiro, pois há muito existiam no país, ou (menos provável?) a um fabricante e vendedor ambulante, esses também comuns apesar de tantas vezes perseguidos.

Assumida a transmissão inter-geracional do saber fazer e num quadro de (relativa) livre iniciativa na economia, do tronco familiar, no início do século XX, partiram ramos que se multiplicaram em novas unidades disseminadas pelo espaço do Entre-Douro-e-Minho, procurando porém manter e transmitir o apelido *Cunha*, certamente garante do vínculo familiar, mas também *marca comercial* reconhecida. Serviam a nova clientela com capacidade de investimento em instalações de destilação e conforto doméstico e ainda a multidão dos que, dependendo da lavoura, não sabiam prescindir das máquinas de pulverização para a defesa das culturas contra as pragas.

---

<sup>73</sup> Permitem-nos entrever o contexto de trabalho as recordações partilhadas pela filha Deolinda e as imagens cedidas pela família, a quem agradecemos, complementadas com a referida entrevista de 1997 ao jornal da escola e a concedida em 1982 no âmbito do programa de Educação de Adultos, e ainda as fotografias de registo realizadas, em 2005, pelo Gabinete Técnico Local.

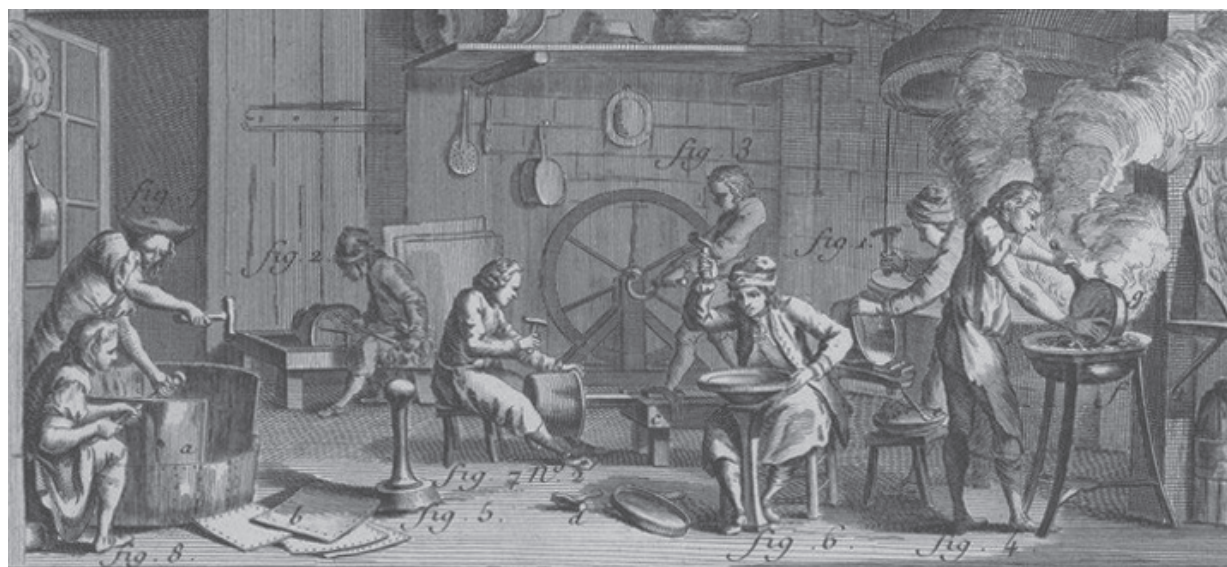
## BIBLIOGRAFIA

- ACIB (2005), *Os homens do comércio local de Barcelos*, Barcelos, Associação Comercial e Industrial de Barcelos.
- Agrival (1983), *Agrival: 4ª feira agrícola do Vale do Sousa: catálogo geral*. Penafiel.
- Almanaque Comercial e Industrial do Porto para 1925*. Porto, 1925.
- ALMEIDA, Eduardo d' (1930), Regimento de salários e preços de 1522 (para Guimarães), *Revista de Guimarães*, 40, pp. 41-63, 149-170.
- AMORIM, Inês (1994), Descrição da Comarca da Feira – 1801 feita pelo desembargador, corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro, *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, 2ª serie, 11, pp. 227-285.
- AMORIM, Inês (1996), *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, CCRC.
- Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas (1880-1890)*, Lisboa, DGCD.
- BAPTISTA, Maria Margarida de Oliveira Frota (1966), *Organização dos mesteres em Évora no século XVIII (subsídios para a sua história)*, Évora.
- BERNARDO, Helena (2012), *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel: Urbanismo e arquitetura (séculos XVI-XVIII)*, Porto, FLUP (dissertação de Mestrado).
- BRANDÃO (de Buarcos), João (1990), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CABIDO, Annibal Gomes Ferreira (1911), *Chorographia industrial do concelho de Aveiro - monographia estatística*, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 60, Lisboa.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977), *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Ed. Presença.
- CAETANO, Helena; RODRIGUES, João (2014), *Os últimos artesãos do vale do Paiva*, SOS Rio Paiva e Planeta Vivo S. A.
- CARVALHO, A. L. de (1944), *Os mesteres de Guimarães*, vol. 5, Braga.
- COELHO, F. Adolfo (1892), *Os ciganos de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional
- CORREIA, Vergílio (1926), *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- COSTA, António Carvalho da (1706), *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, vol. 1, Lisboa, na officina de Valentim da Costa Deslandes.
- COUTO, Luís de Sousa (1972), *Origem das procissões da cidade do Pôrto*, Porto, Câmara Municipal.
- CRUZ, António (1943), *Os mesteres do Porto: Subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*, Porto, Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.
- D'EÇA, Maria Natália Almeida (1997), *Roteiro do artesão português, 10 Douro Litoral*. Porto.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1726-1739), *Diccionario de la lengua castellana*, Madrid, Imprenta de Francesco del Hierro Imp. [DICCIONARIO DE AUTORIDADES].
- DUARTE, Maria Celeste dos Santos Duarte de Oliveira (1972), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 -1784 (ensaio de demografia histórica)*, Porto.
- L'Encyclopédie Diderot et D'Alembert (1763), Recueil des planches sur las sciences, les arts libéraux et les arts mécaniques, avec leur explication*, vol. 3 - Chaudronnier, Paris.
- 1ª Exposição de Artesanato Regional em Penafiel (1967)*, Penafiel, Comissão Municipal de Cultura.

- FEITO, José Manuel (1970), *Los caldereros de Miranda y su jerga dialectal*, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 24, Oviedo, pp. 483-506.
- FERNANDES, Isabel Maria, OLIVEIRA, António José de (2003-2004), *Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI*, *Revista de Guimarães*, 113-114, Guimarães, pp. 43-209.
- FERREIRA, Francisco Messias Trindade (2005), *Viver e morrer no território do antigo concelho de Eixo (1590-1910)*, Braga, U. Minho (diss. mestrado).
- FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antonio (2002), *Os saberes tradicionais dos galegos*, Vigo, Editorial Galaxia.
- FRASER, Angus (1998), *História do povo cigano*, Lisboa, Editorial Teorema Lda.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (1999), *Toponímia portuense*, Matosinhos, Contemporânea Editora, Lda.
- GIL DE BERNABÉ, Xosé Manuel (1999), *Artesanía de Galicia*, In GONZÁLEZ REBOREDO, X. M. (coord.), *Antropoloxía*, tomo 26, A Coruña, Hércules de Ediciones S. A., pp. 19-127.
- GONZÁLEZ-HONTÓRIA, Guadalupe (1998), *Las artesanías de España I Zona setentrional*, Barcelona, Ediciones del Serbal.
- Inquerito Industrial de 1881, Inquerito directo, segunda parte - visita as fabricas, livro 3*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.
- Inquerito Industrial de 1881, Inquerito directo: terceira parte: Repartição de Estatística*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.
- Inquérito industrial de 1890. Indústrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete)*, vol. 3 a 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- LEAL, Lucinda; GOMES, Ferreira | (1997), *O último caldeireiro de Penafiel*, *Olho Vivo*, Penafiel, 1, pp. 1 e 8.
- LIMA, Jaime de Magalhães (1926), *Os povos do Baixo-Vouga. A sua missão étnica na vida nacional e problemas correlativos*, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, 2(4), pp. 287-335.
- LOPÉZ GÓMEZ, Felipe-Senén et al. (1998), *Ourense etnográfico*, Ourense, Deputación de Ourense.
- MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro (1974), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 - 1759 (ensaio de demografia histórica)*, Lisboa.
- MELO, Arnaldo Sousa, FRANCO, Isabel Madureira, AMARAL, Luís Carlos (2002), *Artesãos e actividades artesanais no Porto nos finais da Idade Média, através dos Livros de Vereações e do Cofre dos bens do concelho*, In AMORIM, Inês (coord.), *Qualificações, memórias e identidades do trabalho*, Lisboa, IEFP, pp. 191-228.
- MENDES, José Maria Amado (1981), *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, INIC - Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, Aurélio de (1991), *Indústrias em Braga: A fábrica bracarense de instrumentos musicais*, In *Estudos de História Contemporânea portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- OLIVEIRA, Aurélio de (1998-1999), *Indústrias em Braga: VI Os mesteres e manufacturas de cutelarias (e afins)*, *Bracara Augusta*, 48 (101-102), Braga, pp. 5-14.
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991), *Livro das grandezas de Lisboa*, Lisboa, Vega.
- Ordenações Filipinas* (1985), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações Manuelinas* (1984), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Relatório apresentado ao exc.mo snr Governador Civil do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes (1881)*, Porto.
- Relatório apresentado á Junta Geral do Districto do Porto (1855-1861)*, Porto, Governo Civil do Porto.
- Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos (1979), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700 -1729 (ensaio de demografia histórica)*, Lisboa.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos (2000), *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*, Penafiel, Museu Municipal.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988), *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as instituições e o poder*, Porto, Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto.
- SOEIRO, Teresa (1993), *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material*, Porto, FLUP (tese de doutoramento).
- SOEIRO, Teresa (2000-2001), Os dias grandes, *Cadernos do Museu*, 6-7, Penafiel, pp. 137-220.
- SOEIRO, Teresa (2021), Ofícios e pequena indústria em Penafiel: latoeiros/funileiros, *Portugalia*, Porto, Nova série, 42, pp. 175-218.
- SOEIRO, Teresa; Fernandes, Sofia; Bernardo, Helena (2021), Penafiel nos combates pela liberdade (1809–1834), In *A construção da(s) liberdade(s)*, Porto, CITCEM, pp. 209-226.
- VAUX de FOLETIER, François de (1973), *Voyages et migrations des Tsiganes en France, au XIX<sup>e</sup> siècle, Études Tsiganes*, Paris, pp. 1-30.
- “Vereações”: *anos de 1401-1449* (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade.
- “Vereações”: *1431-1432: Livro 1* (1985), Porto, Arquivo Histórico/ Câmara Municipal do Porto.
- VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo (1984), Memória sobre a Vila de Eixo, *Boletim Municipal de Aveiro*, 2(3), pp. 30-64.





**PLANCHE I<sup>re</sup>.**  
*Chaudronnier-grossier.*

**L**'A vignette ou le haut de la Planche représente la boutique & les opérations du chaudronnier-grossier.

**Fig. 1.** Ouvrier qui rétreint une pièce.  
 2. Ouvrier qui tourne.  
 3. Le tourneur de roue.  
 4. Etameur.  
 5. Une boule à réteindre.  
 6. Ouvrier qui emboutit.  
 7. n. 1. Ouvrier qui a percé les trous pour river, & qui rive.  
 7. n. 2. Ouvrier qui rétreint sur le chevalet.  
 8. Ouvrier qui appuie le canon.

*a*, chaudiere.  
*b*, pièces de la chaudiere, prêtes à être employées.  
*c*, chevalet.  
*d*, marteau.  
*e*, poêle à poix résine.  
*f*, poêle à feu sur son pié.  
*g*, casserole qu'on étame.



**Fig. 1:** A caldeiraria em França, no séc. XVIII. **1.1.** A grande oficina (*Encyclopédie*, 1763, rep. BnF). **1.2:** O caldeireiro ambulante (François Boucher, *Chaudronnier*, rep. Paris Musées).



**Oficinas de Caldeireiro em Penafiel (séc. XIX-XXI)**

- ① Manuel da Cunha, rua da Ajuda/ Alfredo Pereira n.º 142-146 (?)
- ② José da Cunha Ferreira, rua da Ajuda/ Alfredo Pereira n.º 23-25
- ③ Francisco Ferreira da Cunha, rua Serpa Pinto/ Joaquim Cotta n.º 68-70
- ④ Rodrigo da Cunha Ferreira, rua Serpa Pinto/ Joaquim Cotta n.º 13-17
- ⑤ José Carvalho de Macedo, rua Alfredo Pereira n.º 51-53

**Fig. 2:** Localização das oficinas/lojas de caldeireiro na cidade de Penafiel (séc. XIX-XXI). (CMPNF, Ortofotomapa, 2017. Des. H. Bernardo, 2022).



**PULVERISADOR DE NOVO SYSTEMA  
VELOZ**

**EXCEDE** em commodidade, ligeireza e precisão a todos os outros até hoje conhecidos. Efectua a pulverização de bardos, arvoredos e ramadas por mais elevadas que sejam, sem auxilio de escada. Colocado no chão, apenas com um insignificante impulso de 10 em 10 minutos, os seus jactos attingem 10, 15 e 20 metros de altura, applicando-se para este fim tantos tubos leves e de pequena espessura, quantos forem relativamente necessarios.

Garante-se a perfeição e solidez da construção.  
Os pedidos e as encomendas devem ser feitas á antiga officina do caldeireiro de

**José da Cunha Ferreira.**  
**Rua d'Ajuda n.º 67, 69 e 71**  
**PENAFIEL**  
Constructor-inventor do pulverisador

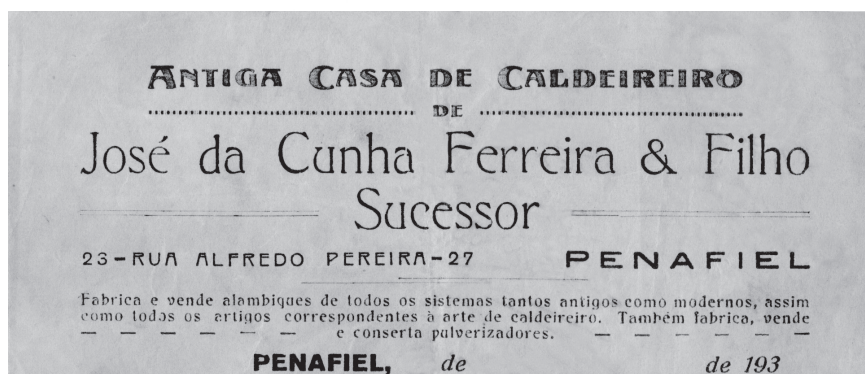
**VELAZ** (805)



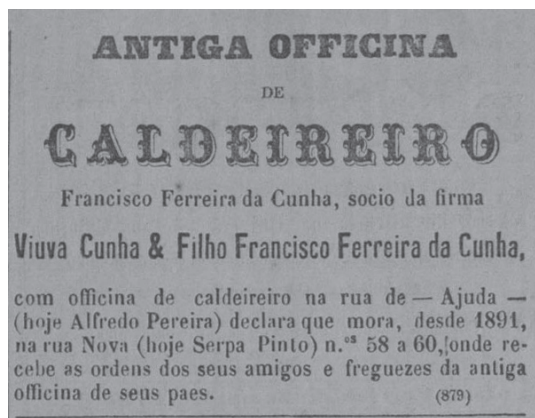
**Fig. 3:** A oficina/loja da família de José da Cunha Ferreira, na rua Alfredo Pereira (Penafiel). **3.1.** Perspectiva da rua, vendo-se a loja com os cobres no exterior, década de 1960 (adaptado de Foto Borges). **3.2.** O edifício da oficina/loja, em 2022; **3.3.** Anúncio no jornal *O Penafidense*, 1894. **3.4.** José da Cunha Ferreira, esposa e filhos, início do século XX (col. particular).



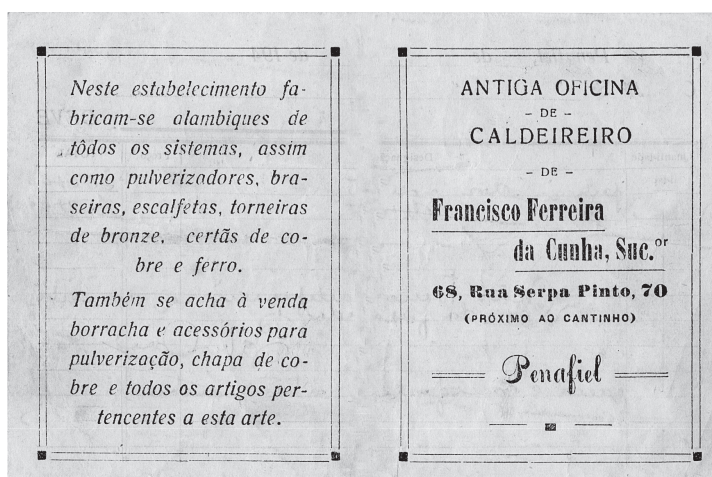
23 DE MAIO DE 1873



**Fig. 4:** A oficina de José da Cunha Ferreira e herdeiros. **4.1.** Vista a partir do quintal das traseiras, com a forja sob a escada e a porta da oficina (MMPNF, Fot. M. Ribeiro). **4.2.** Placa com a data de instalação da antiga oficina (MMPNF, Fot. M. Ribeiro); **4.3.** Factura da empresa, com propaganda (década de 1930).



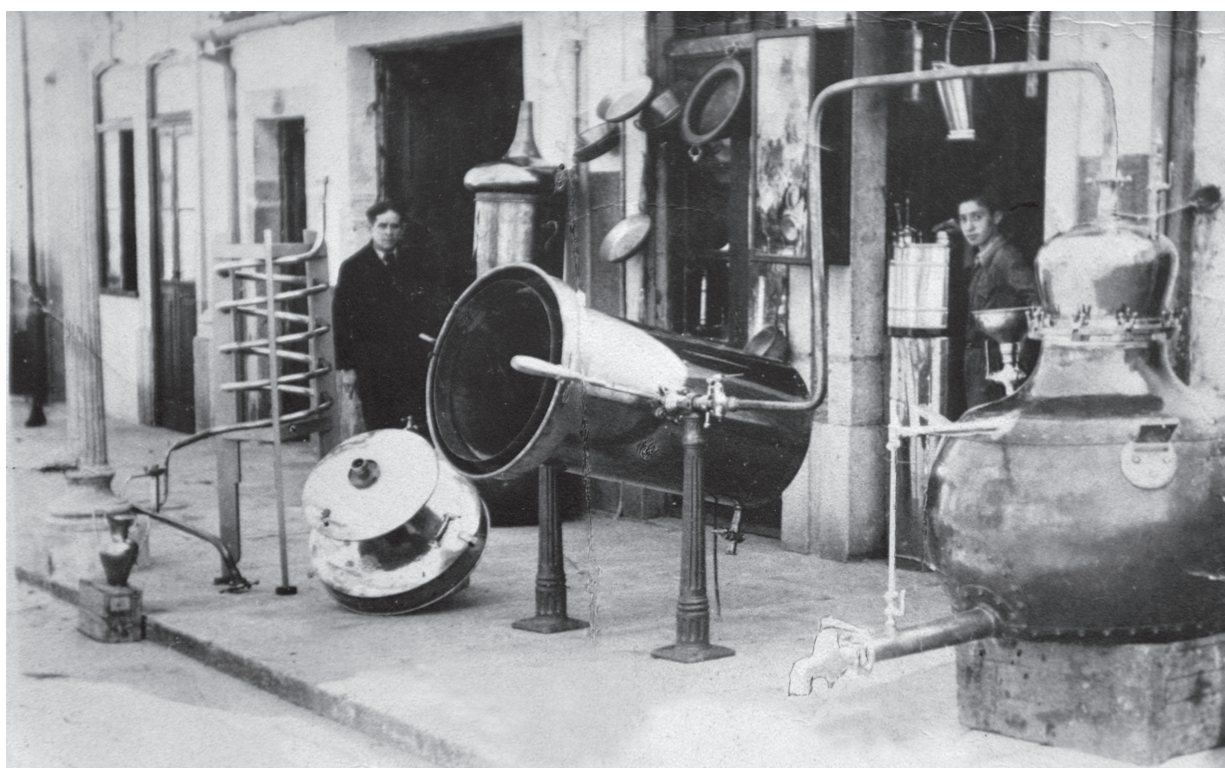
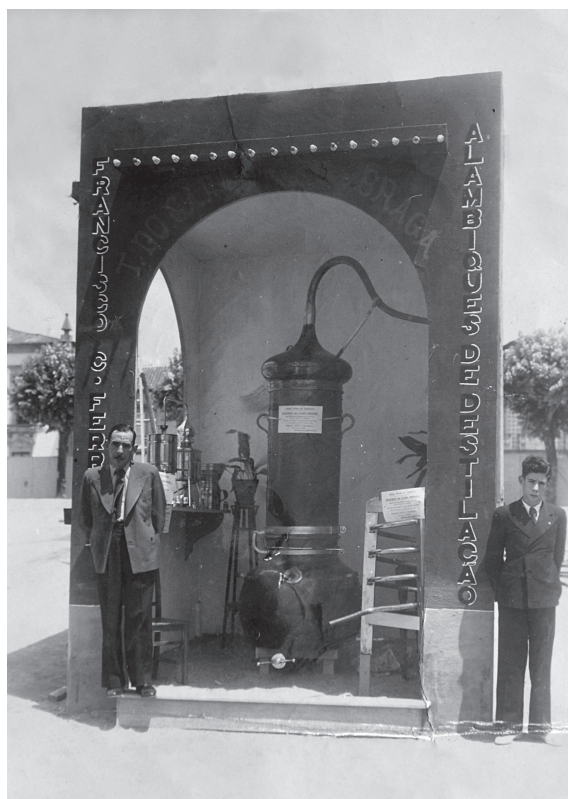
**Fig. 5:** A oficina/loja de Francisco Ferreira da Cunha e herdeiros, na rua Joaquim Cotta. **5.1.** A oficina/loja, em 2022; **5.2.** Francisco Ferreira da Cunha (col. particular). **3.3.** Notícia de mudança do estabelecimento, no jornal *O Penafidense*, 1894.



**Fig. 6:** Vitorino Ferreira da Cunha, filho e herdeiro da loja/oficina de Francisco Ferreira da Cunha. **6.1.** Florinda Máxima no quintal, vendo-se o espaço da forja e o acesso à oficina (col. particular). **6.2.** Vitorino Ferreira da Cunha, em 1949 (col. particular). **6.3.** Factura da empresa, com propaganda.



**Fig. 7:** Vitorino Ferreira da Cunha e a família. **7.1.** O casal, os quatro filhos e a avó, em meados da década de 1940 (col. particular). **7.2.** Francisco Ribas da Cunha, último caldeireiro nesta oficina (col. particular). **7.3.** Exterior da loja, pejado de pulverizadores industriais para venda (col. particular).



**Fig. 8:** Manuel da Cunha Ferreira e seus filhos caldeireiros. **4.1.** O casal Manuel da Cunha e Augusta Maria da Silva (col. particular). **3.2.** O filho Francisco da Cunha Ferreira e o neto João, caldeireiros em Braga, junto do stand de uma exposição (col. particular); **3.3.** O filho José da Cunha Ferreira, no seu estabelecimento, em Caminha (col. particular).



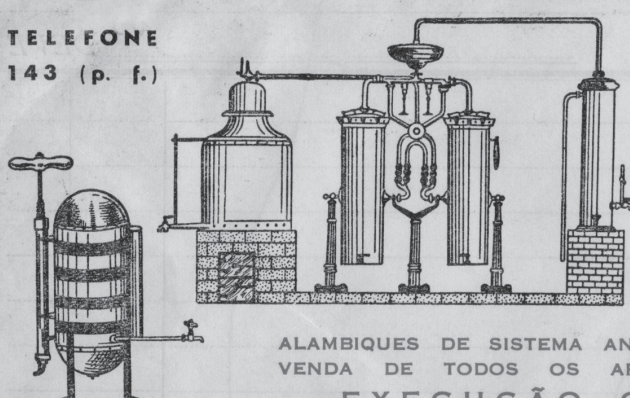
**Fig. 9:** A descendência de Manuel da Cunha Ferreira estabelecida em Barcelos. **9.1.** Três gerações: João da Cunha Ferreira, José Fernando e João Manuel, no stand de uma feira/exposição (col. particular). **9.2.** Propaganda da *Caldeiraria Cunha* (col. particular); **9.3.** João da Cunha Ferreira, os filhos Luís e José Fernando e outros colaboradores diante do seu estabelecimento, em Barcelos (col. particular).



**Fig. 10:** A loja/oficina de Rodrigo da Cunha Ferreira,. **10.1.** A fachada do edifício, há muito encerrado, na rua Joaquim Cotta, 2022 (MMPNF. Fot. M. Ribeiro). **10.2.** Área de forja, no fundo da oficina, após breve limpeza, em 2021 (MMPNF, Fot. M. Ribeiro).

**OFICINA DE CALDEIREIRO**  
**DE Rodrigo da Cunha Ferreira & Filho**  
13 — RUA SERPA PINTO — 17 — **Penafiel**  
Fabrício de alambiques de todos os sistemas. Fabrício de pulverizadores, consertos  
e venda de todos acessórios para os mesmos  
Venda por preços sem confronto de todos os artigos pertencentes á arte de Caldeireiro

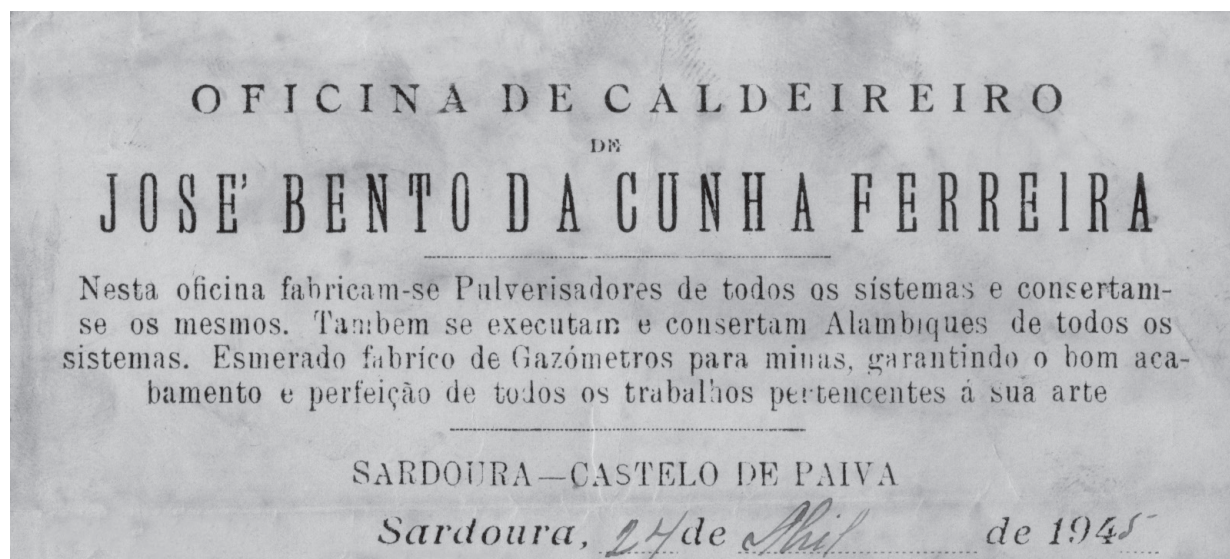
**Casa dos Alambiques e Pulverizadores**  
**MANUFATURA GERAL DE CALDEIRARIA**  
**DE Rodrigo da Cunha Ferreira & Filho**  
Fabrício de alambiques de todos os sistemas. Fabrício de pulverizadores, Gailhot fixo, Gailhot movel e de pressão de ar (ar comprimido). Consertos e venda de todos os acessórios para os mesmos. Cilindros e serpentinas para fogões. Vendas, por preços sem confronto, de todos os artigos pertencentes á arte de caldeireiro.  
RUA SERPA PINTO, 13 — 17  
**PENAFIEL**

**CASA DOS ALAMBIQUES E PULVERIZADORES**  
**TELEFONE 143 (p. f.)**  


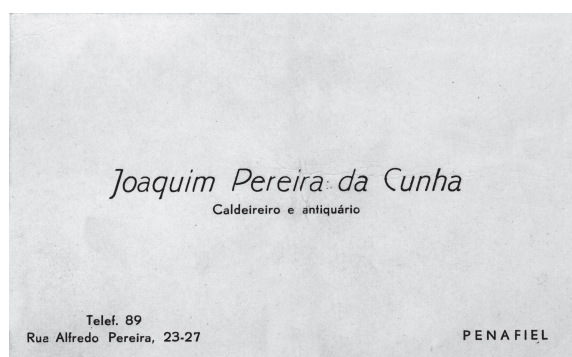
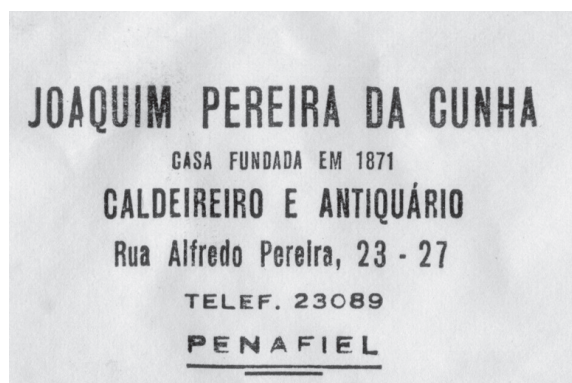
Fabrício de alambiques de coluna ao lado, coluna ao alto com lentilha rectificadora, de coluna ao alto com refinador dentro da caldeira, de uma coluna com dobradiça, de duas colunas, etc.  
Cilindros e serpentinas para fogões  
Fabrício de pulverizadores de pressão de ar (ar comprimido) Gailhot fixo e Gailhot móvel. Consertos e venda de todos os acessórios para os mesmos.

**ALAMBIQUE MODERNO DE 2 COLUNAS**  
ALAMBIQUES DE SISTEMA ANTIGO, REFINADORES, ETC.  
VENDA DE TODOS OS ARTIGOS DE CALDEIRARIA  
EXECUÇÃO GARANTIDA  
**RODRIGO DA CUNHA FERREIRA, HERDEIROS (FILHOS)**  
13 — Rua Serpa Pinto — 17  
**PENAFIEL**

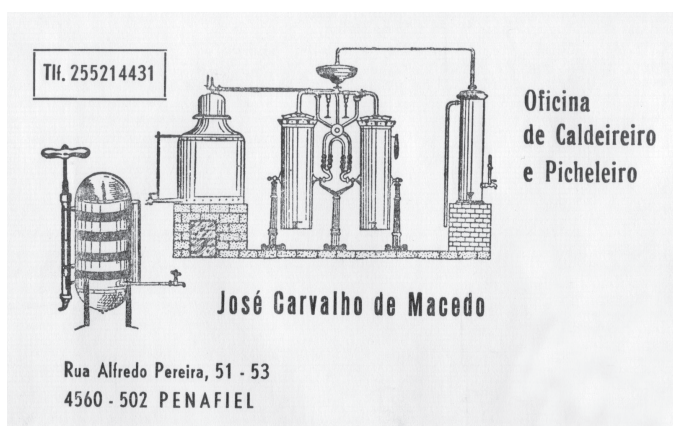
**Fig. 11:** Publicidade da oficina/loja de Rodrigo da Cunha Ferreira. **11.1.** Factura da década de 1930. **11.2.** Publicidade a circular em 1951 **11.3.** Factura usada em 1984.



**Fig. 12:** Outros estabelecimentos de caldeiraria da família Cunha. **12.1.** Publicidade da oficina /loja de Joaquim da Cunha Ferreira, no Juncal (Marco de Canaveses). **12. 2:** Factura da oficina /loja de José Bento da Cunha Ferreira, em Sardoura (Castelo de Paiva).



**Fig. 13:** Joaquim Pereira da Cunha, herdeiro do estabelecimento da rua Alfredo Pereira (Penafiel). **13.1.** Fatura da firma e cartão de visita. **13.2.** Joaquim Pereira da Cunha (MMPNF) **13.3.** Membros de três gerações da família Cunha reunidos para ver a procissão de Corpo de Deus, em meados da década de 1960, na casa que fora de José da Cunha Ferreira (col. particular).



**Fig. 14:** A oficina/loja de Joaquim Carvalho de Macedo, na rua Alfredo Pereira (Penafiel). **14.1.** Joaquim Carvalho de Macedo (col. particular). **14.2.** O edifício da oficina loja, em 2022. **3.3.** O filho e colaborador Joaquim Fernando Freitas Macedo à porta da loja. **14.4.** Envelope comercial da firma.